



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA “VIVAS E SEGURAS”
REALIZADA EM 24/03/2026**

**ATA DA QUARTA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O TEMA "VIVAS E SEGURAS"
REALIZADA NA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEGUNDA
LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO
SUL**

Aos vinte e quatro dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis, às quatorze horas e vinte e sete minutos, no Plenarinho Deputado Nelito Câmara, foi realizada a Audiência Pública sobre o tema: "Vivas e Seguras", sob a presidência da senhora deputada Gleice Jane, titular da Comissão Permanente de Defesa dos Direitos da Mulher e Combate à Violência Doméstica e Familiar.

MESTRE DE CERIMÔNIA (Larissa Corrêa) — Autoridades, profissionais das áreas de Assistência Social, Justiça, Segurança Pública e Direitos Humanos, representantes de entidades de classe, senhoras e senhores, boa tarde. Sejam todos bem-vindos. Boa tarde também a todos que nos acompanham ao vivo pelo YouTube. Informamos que o Wi-Fi está disponível; basta localizar, em seu dispositivo, a rede Alems. Comunicamos, ainda, que estarão disponíveis no site da Alems a matéria jornalística, os registros realizados por fotografos oficiais e as notas taquigráficas, dentro do prazo regimental. A Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, por proposição da deputada Gleice Jane, titular da Comissão Permanente de Defesa dos Direitos da Mulher e Combate à Violência Doméstica e Familiar, recebe a todos nesta Casa de Leis para a Audiência Pública com o tema: Vivas e Seguras: Desafios e Urgências da Implementação de Medidas Protetivas Eficazes. Esta Audiência Pública tem como objetivo promover o diálogo entre instituições do sistema de Justiça, da Segurança Pública e da rede de proteção, a fim de discutir os desafios enfrentados na efetivação das medidas protetivas previstas na Lei Maria da Penha, bem como fortalecer estratégias de enfrentamento à violência contra as mulheres. Compõem a Mesa de trabalhos desta Audiência Pública a proponente, deputada Gleice Jane, titular da Comissão Permanente de Defesa dos Direitos da Mulher e Combate à Violência Doméstica e Familiar; a desembargadora Sandra Regina da Silva Ribeiro Artioli, coordenadora estadual da mulher em situação de violência doméstica e familiar; o promotor de justiça Izonildo Gonçalves de Assunção Júnior, membro colaborador do Núcleo de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar, representando o procurador-geral de justiça do Ministério Público de Mato Grosso do Sul; e Mikaella Lima Lopes, subsecretária de Políticas Públicas LGBTQIAPN+. Registramos, ainda, a presença de Nayhara Almeida de Souza, assessora técnica, representando a Subsecretaria de Políticas Públicas para Mulheres (SPPM), na pessoa de Manuela Nicodemos; da professora Celi Corrêa Neres, presidente do Conselho Estadual de Educação; do tenente-coronel Evandro Pereira Freire Ferraz, da coordenação do Programa Mulher Segura da Polícia Militar em Campo Grande; da delegada Priscila Anuda, coordenadora do Núcleo de Cidadania da Polícia Civil, neste ato, representando o delegado Lupércio Degerone Lúcio; da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher de Mato Grosso do Sul (1ª Deam), Mariane Cristine de Souza Grandó, representando a delegada titular Fernanda Piovano; da senhora Luciana Mendonça, assessora da subsecretária Priscila Justi, da Subsecretaria de



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA “VIVAS E SEGURAS”
REALIZADA EM 24/03/2026**

Defesa dos Direitos Humanos de Campo Grande; da senhora Liliane Rodrigues, representando a Gerência de Saúde da Mulher da Secretaria de Estado de Saúde; da senhora Estela Scandola, representando a Rede Feminista de Saúde; da senhora Suzy Vitória Pereira Mariano, presidente da ONG Igualdade para Todos, de Aquidauana; da senhora Lorena Carvalho, coordenadora de Políticas Públicas de Inclusão de Costa Rica; da senhora Eliete Aymee, chefe de gabinete do deputado Paulo Duarte; da senhora Gilda Maria dos Santos, esposa do deputado Zeca do PT; e da senhora Flávia Trad, esposa de Fábio Trad.

DEPUTADA GLEICE JANE – PT (proponente) — Invocando a proteção de Deus, em nome da liberdade e da democracia, cumprimento todas as pessoas presentes e declaro aberta esta Audiência Pública de minha proposição, com o tema: Vivas e Seguras: Desafios e Urgências da Implementação de Medidas Protetivas Eficazes, com o objetivo de discutir os desafios enfrentados na efetivação das medidas protetivas previstas na Lei Maria da Penha, além de fortalecer estratégias de enfrentamento à violência contra as mulheres. Esta Audiência Pública foi construída a várias vozes — vozes de mulheres —, e quero destacar que essa construção vem sendo realizada desde o ano passado, quando iniciamos a discussão de um projeto de lei. Elaboramos esse projeto e, hoje, estamos aqui para debater um tema diretamente relacionado a ele. Trata-se de um projeto que apresentamos nesta Casa, o Projeto de Lei Ampara, que tem como objetivo estabelecer diretrizes normativas voltadas às mulheres em situação de medida protetiva. Esse projeto foi construído em conjunto com a Secretaria Estadual do PT, setorial de mulheres do partido, bem como com a Secretaria Municipal Setorial do PT, com o Movimento de Mulheres Olga Benário, com a Cia. Barra da Saia — uma companhia de carnaval, um grupo que, inclusive, levou essa proposta para as ruas durante o carnaval —, com a Marcha Mundial das Mulheres e com o Movimento Elas Podem. Portanto, trata-se de um projeto construído a partir das necessidades reais das mulheres, identificadas por meio da escuta de suas demandas. É um projeto de lei que tem como objetivo orientar instituições e organizações, públicas e privadas, sobre como proceder quando uma mulher estiver em situação de medida protetiva. Ou seja, em ambientes de trabalho, associações, igrejas ou empresas, quando há convivência entre homem e mulher e essa mulher é vítima de violência — algo que, infelizmente, observamos com frequência —, o que acontece, na prática, é que quase sempre é a mulher quem se retira: é ela quem sai de casa, quem deixa o trabalho, quem precisa reorganizar toda a sua vida para garantir sua segurança e sua sobrevivência. O projeto que apresentamos vem justamente para enfrentar essa lógica. Ele é, na verdade, um desdobramento da Lei Maria da Penha, que já assegura essa proteção, mas que, muitas vezes, carece de diretrizes claras de aplicação. Assim, o projeto orienta como cumprir a Lei Maria da Penha e estabelece que, em situações como essa, quem deve se retirar do espaço é o agressor. Não podemos aceitar que mulheres vítimas de violência sejam obrigadas a abandonar seus espaços, mudar suas rotinas e assumir ainda mais responsabilidades. Elas já enfrentam inúmeras demandas. Portanto, é o agressor que deve ser responsabilizado — e é isso que esperamos alcançar com este projeto de lei. Para ilustrar: em uma escola, se há um diretor e uma professora, sendo ela vítima de violência, quem deve se afastar é o

diretor. É ele quem deve responder pelos seus atos, perder o cargo, se reorganizar. E é importante destacar: essa medida não tem como objetivo punir os homens, mas, sim, garantir orientações claras para evitar a violência e proteger as mulheres. O que buscamos, enquanto sociedade, é o fim da violência. No entanto, enquanto ela existir, precisaremos de legislações e medidas eficazes que garantam a proteção das mulheres. Vivemos, hoje, uma situação bastante delicada e preocupante. Todos acompanham os noticiários, e eu, que atuo há muitos anos no enfrentamento à violência contra as mulheres, posso afirmar que Mato Grosso do Sul historicamente figura entre os estados com maiores índices de violência. Em 2013, recebemos aqui uma audiência pública da Câmara Federal, no contexto da CPI da Violência contra as Mulheres. Naquele momento, discutíamos exatamente por que o nosso estado apresentava índices tão elevados. Como resultado dessa mobilização, conquistamos a implantação da Casa da Mulher Brasileira, a primeira do país. Ainda assim, a violência contra as mulheres se espalha por todo o Brasil, e o que mais me assusta, atualmente, é o grau de crueldade que temos presenciado. Acompanhamos diariamente casos de violência e feminicídio pela mídia, mas, nos últimos meses — especialmente desde novembro —, temos observado um aumento significativo dessa crueldade. Isso revela a existência de uma misoginia muito forte, um movimento de ódio contra as mulheres. E eu chamo de movimento porque não se trata de casos isolados: são múltiplas ocorrências que indicam uma certa organização. Sabemos da existência de grupos como os chamados "red pills" e "incels" nas redes sociais, que reforçam esse tipo de discurso. Percebemos, ainda, que esse movimento cresce justamente à medida que avançamos na conquista de direitos — seja no mundo do trabalho, no direito à vida, ao próprio corpo ou à ocupação de espaços de poder. E, vale lembrar, ainda estamos longe de conquistar plenamente todos esses direitos. Mesmo assim, cada avanço tem sido acompanhado por uma forte reação contrária. Espero, sinceramente, que este seja apenas um momento passageiro, uma onda que conseguiremos superar, para que possamos continuar avançando. Mas, esses tempos de hoje, merecem uma atenção especial nossa. Então, esta Audiência Pública tem como objetivo promover uma reflexão sobre o momento em que vivemos e, em especial, avaliar o quanto as mulheres estão sendo efetivamente protegidas pelas medidas protetivas, de modo que possamos analisar sua aplicação, identificar falhas e, sobretudo, avançar para garantir que as mulheres tenham segurança ao registrar um boletim de ocorrência, formalizar uma denúncia e solicitar a medida protetiva. Isso porque, diante dos diversos casos que vêm ocorrendo, cresce também a preocupação de que as mulheres passem a desacreditar na proteção do estado e, conseqüentemente, deixem de buscar ajuda; por isso, é fundamental que façamos essa avaliação com responsabilidade, avancemos nas melhorias necessárias, apontemos onde estamos falhando e fortaleçamos o sistema, inclusive considerando que este projeto de lei tem como um de seus objetivos justamente orientar uma das fragilidades existentes, especialmente no que diz respeito à aplicação das medidas protetivas. Assim, ao mesmo tempo em que reconhecemos a necessidade de aprimorar o sistema, também precisamos reafirmar às mulheres que ele deve ser utilizado, pois é um instrumento essencial de proteção; nesse sentido, já tendo apresentado o objetivo desta Audiência Pública, quero cumprimentar a senhora desembargadora Sandra Regina, coordenadora estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica, bem como o

promotor de justiça Izonildo Gonçalves de Assunção, membro colaborador do Núcleo de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar, que representa o procurador-geral de justiça do Ministério Público Estadual, além de Mikaella Lima Lopes, subsecretária de Políticas Públicas LGBTQIAPN+, cuja pauta, infelizmente, também tem sido marcada por recentes episódios de violência e, portanto, precisa integrar este debate. Feitos esses cumprimentos às autoridades presentes, passo agora a palavra aos convidados, para fazerem suas saudações.

SENHORA MIKAELLA LIMA LOPES (subsecretaria estadual de Políticas Públicas LGBTQIAPN+) — Inicialmente, quero agradecer a oportunidade de estar aqui. Em nome da deputada Gleice Jane, quero cumprimentar todos os integrantes da Mesa; é uma honra representar a comunidade LGBTQIAPN+, que também é alvo de perseguições em uma sociedade que, muitas vezes, ainda se mostra excludente e contraditória ao negar, na prática, direitos que já são garantidos por lei. Ao tratar desta pauta, é importante destacar que, quando falamos do feminino, não estamos nos referindo apenas às mulheres cis, pois a misoginia atinge tudo aquilo que é associado ao feminino, visto muitas vezes como algo frágil ou inferior, o que não corresponde à realidade, já que as mulheres sempre estiveram na base da construção da sociedade e desempenham um papel fundamental desde os seus primórdios. Por isso, é essencial que haja união entre mulheres cis e mulheres trans, pois essa violência atinge a todas nós, independentemente de identidade de gênero, e, diante desse cenário, não é momento de nos afastarmos, mas sim de fortalecermos nossos laços e lutarmos juntas contra o crescimento dessa misoginia cada vez mais explícita, especialmente nas redes sociais. Recentemente, temos observado um aumento significativo de ataques, sobretudo contra mulheres trans, o que gera um ambiente constante de insegurança; falo, inclusive, por experiência própria, pois muitas vezes não consigo sequer ler os comentários nas redes sociais, diante do volume de mensagens agressivas, vindas tanto de homens quanto de mulheres, que atacam diretamente a nossa comunidade. Diante disso, reafirmo nosso compromisso, enquanto cidadãs e enquanto pessoas, de permanecermos unidas, buscando construir uma sociedade mais justa. Nós precisamos falar sobre nossos corpos, porque não há como falar de nós sem nós, e, por isso, é fundamental que ocupemos esses espaços; e hoje, para mim, é uma grande alegria estar aqui, especialmente ao ver mulheres e homens trans ocupando esses lugares, pois são espaços que, como eu disse anteriormente, ainda estão sendo conquistados. Ser, hoje, a primeira mulher trans a assumir uma subsecretaria estadual LGBTQIAPN+ é, sem dúvida, uma conquista importante; no entanto, confesso que não gostaria de ser a primeira, pois gostaria de ter tido outras referências antes de mim. Quando dizem que estamos querendo ocupar o lugar das mulheres cis, é preciso perguntar: que lugar é esse? O lugar da violência? O lugar onde somos atacadas por sermos mulheres? O lugar onde as mulheres recebem salários menores do que os homens? É esse o espaço que dizem que queremos ocupar? Não, porque, na verdade, estamos no mesmo barco. Por isso, é essencial termos cuidado com as nossas falas e, sobretudo, cuidarmos umas das outras, independentemente de credo, cor, orientação sexual ou identidade de gênero, pois, acima de tudo, estamos falando de pessoas, e o respeito é o que abre portas em todos os espaços. Quero, inclusive,

ressaltar a presença de duas gestoras do interior, Lorena e Suzy, que convidei para estarem aqui, e digo, com muito orgulho, que é uma alegria tê-las conosco, porque, quando encontramos alguém como nós ocupando esses espaços, isso nos fortalece e nos dá esperança. Estamos em 2026, e é importante lembrar: há quanto tempo existimos na sociedade? Ainda assim, por muito tempo, estivemos à margem; e hoje, com a oportunidade que estou tendo — e faço questão de dizer que estou gestora, não sou gestora —, reconheço que se trata de algo que veio de forma inesperada, quase abrupta, e que jamais imaginei viver, especialmente falando em nome de uma comunidade onde mais morrem pessoas em nosso país. Minha trajetória sempre foi marcada por dificuldades, mas são justamente essas dificuldades que me impulsionam a não permitir que outras pessoas LGBTQIAPN+ passem pelo mesmo, e é por isso que precisamos lutar todos os dias por uma sociedade mais justa, na qual nossos direitos sejam, de fato, garantidos. Para finalizar, e sem me alongar, já que temos um debate muito importante pela frente, quero enviar um abraço a todas as pessoas que nos acompanham pelo YouTube e também fazer minha autodescrição, pois é fundamental que aprendamos a incluir todas as pessoas: estou sentada à direita da mesa, à frente da plateia, sou uma mulher trans, branca, de cabelos longos, estou vestindo um vestido preto com detalhes em bege, uso relógio na mão esquerda e tenho 1,70m de altura. E, como acredito não haver, neste momento, pessoas com deficiência, sigo com minha fala desejando que este debate produza frutos, para que possamos, deputada, alcançar o que buscamos aqui hoje, que é a proteção de todas as mulheres. Muito obrigada.

DEPUTADA GLEICE JANE – PT (proponente) — Obrigada, Mikaela. É um grande prazer ter nesta mesa uma mulher trans, porque, de fato, como você bem colocou, durante muito tempo esse debate ficou restrito às mulheres cis, e eu mesma sou testemunha disso. Por isso, é fundamental ampliarmos esse diálogo, incluindo as diferentes realidades e especificidades das mulheres trans, compreendendo, inclusive, em que pontos suas situações se agravam, para que possamos incorporá-las de forma efetiva nas políticas públicas. Enquanto, para as mulheres cis, esse debate já vem sendo construído há muitos anos, para as mulheres trans ainda estamos em um momento inicial de ampliação de espaços de fala; e, embora haja um histórico importante nos movimentos sociais, no âmbito das políticas públicas ainda temos muito a avançar. Assim, fico muito feliz em vê-las aqui e em tê-las conosco, e espero que se sintam à vontade para participar, falar e contribuir, porque é justamente isso que precisamos: ocupar esses espaços onde podemos falar sobre as nossas dores, porque é justamente a partir delas que conseguimos construir políticas públicas. Nesse sentido, quero registrar a presença da defensora pública Kricilaine Oliveira Souza Oksman, coordenadora do Núcleo Institucional de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher da Defensoria Pública (Nudem). Na sequência, passo a palavra ao senhor Izonildo Gonçalves de Assunção, já antecipando que não sigo rigorosamente a ordem de protocolo — aliás, costumo até quebrá-la —, mas está tudo certo, mesmo que estejamos fora da ordem, porque o mais importante é garantir a fala de todos; afinal, prezamos pela democracia, mais do que pelo protocolo. Inclusive, sempre digo que, para incluirmos as mulheres, especialmente as mulheres trans, muitas vezes é necessário romper com



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA “VIVAS E SEGURAS”
REALIZADA EM 24/03/2026**

protocolos que, historicamente, não foram pensados para nos incluir. Portanto, doutor Izonildo, a palavra está com o senhor.

SENHOR IZONILDO GONÇALVES DE ASSUNÇÃO JÚNIOR (promotor de justiça) — Boa tarde a todas e a todos. Deputada, é um imenso prazer estar aqui, representando o procurador-geral de justiça, doutor Romão Ávila Milhan Júnior, mas também atuando como alguém que, há dezesseis anos, dedica sua vida à defesa das mulheres — trabalho que exerço exclusivamente desde 2010. Atuei por quatorze anos em Dourados e foi justamente lá, em uma audiência pública, que conheci a deputada Gleice Jane. Sinto-me muito honrado em estar aqui hoje, assim como também considero muito significativo que a Mikaella tenha sido a primeira a falar, pois, muitas vezes, quem historicamente não teve voz acaba tendo a primeira oportunidade de fala, o que é extremamente importante. A desembargadora Sandra, tenho certeza, não se importará com essa inversão, até porque temos uma ligação indireta: ela atuou em Costa Rica e, posteriormente, eu cheguei como promotor naquela comarca; embora não tenhamos nos conhecido naquele momento, faço questão de cumprimentá-la agora, destacando o respeito que tenho por sua trajetória, tanto como pessoa quanto como profissional do sistema de justiça. Também cumprimento a defensora pública que chegou há pouco, ressaltando que todos nós fazemos parte de um mesmo sistema, que só funciona plenamente com a atuação conjunta de cada instituição. Quero, ainda, cumprimentar todas as mulheres presentes e peço desculpas por não conseguir mencionar todos os nomes, mas faço questão de destacar uma mulher que está sentada à minha frente e por quem tenho grande admiração há muito tempo: Ana José. Não me recordo exatamente onde nos encontramos — talvez em uma audiência pública, antes da pandemia —, mas nunca me esqueci dela. Ana José é uma mulher extremamente forte, e isso ficou claro para mim no momento em que a cumprimentei; desde então, penso nela com frequência, inclusive pelo significado que seu nome carrega para mim, já que Ana é o nome da minha mãe e José é o nome do pai dela. Por isso, Ana José, você representa, para mim, uma referência, um exemplo, uma luz que já ilumina e continuará iluminando o caminho de muitas outras mulheres. Em seu nome, cumprimento todas as presentes, a dona Gilda, que possui uma história marcante neste estado; embora ela não me conheça pessoalmente, eu conheço sua trajetória, sua luta e sua força. Sempre digo que um homem que alcança conquistas não o faz sozinho, pois há sempre uma mulher ao seu lado, sustentando, apoiando e fortalecendo essa caminhada. Ao longo da minha fala, vocês irão me conhecer melhor, mas já adianto que, muitas vezes, sou visto como um dos homens mais odiados do estado, justamente porque não tolero covardia e não compactuo com agressores; e, enquanto me for permitido, continuarei firme nessa posição. Com o passar do tempo, e já com certa experiência acumulada, certa vez me perguntaram por que não uma mulher para defender as mulheres em Dourados, ao que respondi que vocação não tem gênero. Eu trabalho vinte e quatro horas por dia na defesa das mulheres e, embora tenhamos perdido muitas — infelizmente —, também salvamos muitas outras, e isso não é mérito individual, mas resultado de um esforço coletivo. Quantas mulheres conseguimos proteger, quantas conseguimos ajudar a recuperar sua dignidade — é isso que nos move. E, como dizia Lia Luft: "todos nós caminhamos sobre um terreno que

nos acompanha por toda a vida: a nossa infância". Quando essa infância é perdida por violência, maus-tratos ou pela ausência do cuidado do estado e da sociedade, ninguém neste mundo é capaz de devolver para essa pessoa esse terreno que pisamos a vida inteira — e sobre o qual, muitas vezes, temos vontade até de deitar —, que é a nossa infância, que se torna a marca mais profunda da nossa vida. Embora lutemos durante toda a existência, envelheçamos e acumulemos experiências, se pudéssemos voltar no tempo, certamente escolheríamos reviver a infância. Isso porque a velhice não é fácil, já que, com o passar dos anos, vêm as dores, os remédios e as limitações; antes eu fazia academia e me sentia mais ativo, mas hoje preciso tomar analgésicos para dar conta do corpo que já não responde da mesma forma. E quero compartilhar com vocês algo que me deixou muito feliz hoje, pois, ao dar uma entrevista ali atrás, encontrei um rapaz — acredito que do jornalismo da Assembleia — que estudou Filosofia comigo, em 1993; ele era seminarista — o Osvaldo — e foi muito emocionante revê-lo, porque hoje estamos ambos sem cabelo, bem diferentes daquela época em que éramos jovens estudantes, o que me trouxe uma alegria enorme. Aproveito, inclusive, para dizer algo que pode dialogar com você, Mikaella: eu tinha um sonho desde a adolescência, que só consegui realizar aos cinquenta e cinco anos de idade, e não o fiz antes por causa do machismo que me limitava; eu sempre quis usar brincos, até que, no ano passado, meu filho me disse que eu não poderia envelhecer sem realizar esse desejo, e decidi me presentear, me levando para colocar os brincos. Confesso que fui com muito medo, e, ao colocá-los, senti não apenas o medo pessoal, mas também o peso de anos de um machismo que me aprisionava; comecei a me questionar sobre como seria visto um promotor de justiça usando brinco, como as pessoas reagiriam, e, de fato, enfrentei várias brincadeiras. No primeiro dia em que saí usando brinco, por exemplo, fui empurrado por um homem em uma farmácia, aparentemente de propósito, apenas porque eu estava de bermuda, camiseta e usando brinco, o que mostra que, mesmo em situações aparentemente simples, o preconceito se manifesta de forma concreta. Trago esse relato para dizer que, embora eu não seja mulher, consigo, em alguma medida, sentir o que vocês sentem, ainda que saiba que a vida das mulheres é muito mais difícil que a minha, e que, no seu caso, Mikaella, essa dificuldade é ainda maior, sobretudo diante de uma sociedade que insiste em classificar pessoas como “normais”, como se isso fosse parâmetro, o que é um equívoco grave, como se fosse uma doença. Por isso, precisamos ter muito cuidado com esse tipo de pensamento e linguagem, pois a vida já é difícil por si só, e, ainda assim, vemos mulheres sendo atacadas de forma brutal; muitas vezes tratamos esses casos como episódios isolados, mas eles não são, e a violência vem de longa data. Há cerca de vinte anos, por exemplo, atuei em um dos casos mais marcantes e dolorosos da minha vida: uma criança de um ano e oito meses foi estuprada pelo padrasto e por um amigo dele; ela perdeu a vagina, o ânus e todos os órgãos reprodutores por ter sido estuprada por dois homens. Tratava-se de uma família pobre, com cinco crianças e dois adultos — o padrasto e a mãe. E essa menina só sobreviveu porque um caminhão de leite que passava percebeu algo estranho em meio ao capim; achando que eram cachorros, ele decidiu verificar, encontrando-a ainda com vida. Ela passou por diversas cirurgias e precisou usar bolsa de colostomia, em uma situação de sofrimento extremo, que nos mostra que essa realidade não é recente; o que mudou foi apenas a visibilidade, já que hoje temos registros, vídeos e

maior circulação de informações, mas isso não significa que a violência tenha começado agora. Diante disso, não podemos nos acostumar, nem naturalizar essas situações; ao contrário, precisamos nos indignar e agir, pois não é aceitável que mulheres continuem sendo assassinadas e que crianças cresçam em ambientes de violência, sem a chance de viver uma infância e uma vida dignas. Recentemente, ouvi uma reflexão que me marcou muito, como se fosse uma aula sobre o tempo e a vida, que dizia: "Como não ter um futuro imperfeito, se o meu passado é vazio? Como não ter um futuro imperfeito, se o meu passado é marcado por sangue? Como não ter um futuro imperfeito, se a minha vida foi marcada pela violência? Como não ter um futuro imperfeito, se o meu pai matou a minha mãe? Como não ter um futuro imperfeito, se eu fui estuprada pelo meu avô? Que futuro nós queremos, gente? Vivas e seguras! Bom evento para vocês. Obrigado.

DEPUTADA GLEICE JANE – PT (proponente) — Obrigada, doutor Izonildo; é muito bom tê-lo aqui e saber que o senhor tem sido um defensor das mulheres, além de um combatente da misoginia e do ódio. Muito obrigada. Na sequência, quero cumprimentar e já passar a palavra à defensora pública Kricilaine Oliveira de Souza Oksman.

SENHORA KRICILAINE OLIVEIRA SOUZA OKSMAN (defensora pública) — Boa tarde a todas as pessoas. Antes de iniciar meus cumprimentos, gostaria de me desculpar pelo atraso e também justificá-lo, pois estava em Dourados, participando de um debate sobre violência contra as mulheres na UEMS, onde fui convidada para compor uma mesa de diálogo; e, considerando a relevância do tema, dificilmente recuso convites dessa natureza, mas, em razão das condições da estrada e da chuva, acabei me atrasando — peço, portanto, minhas sinceras desculpas. Agradeço a oportunidade de compor esta Mesa e peço licença à nossa anfitriã, deputada Gleice Jane, para cumprimentar todas as presentes, na pessoa da subsecretária Mikaella; é uma alegria encontrá-la aqui, pois entendo que seria um contrassenso eu, enquanto mulher, atuando na defesa dos direitos das mulheres e no enfrentamento à violência, ocupar esses espaços e, ao mesmo tempo, negar que você, sendo também mulher, tenha o mesmo direito de ocupá-los — por isso, é muito bom tê-la aqui. Como mencionei, estive há pouco em Dourados discutindo a efetividade da Lei Maria da Penha e, naquele momento, destaquei que essa efetividade, assim como a das medidas protetivas de urgência — tema central desta Audiência Pública —, depende muito mais de ações preventivas do que, propriamente, da atuação do sistema de justiça. Temos observado um grande foco no endurecimento de penas, na criação de novos tipos penais e no fortalecimento da resposta repressiva do sistema de justiça, enquanto, por outro lado, ainda vemos poucas ações concretas voltadas à prevenção. Tivemos, no ano passado — há pouco mais de um ano —, o feminicídio da Vanessa Ricarte, que mobilizou as instituições aqui no Estado de Mato Grosso do Sul, e isso nos leva a refletir: o que, de fato, temos construído em termos de prevenção? A violência contra as mulheres existe muito antes da ocorrência do crime e, na maioria das vezes, persiste mesmo após a condenação do agressor pelo Poder Judiciário; por isso, enquanto não pensarmos, enquanto sociedade, em formas de transformação cultural — e isso passa, necessariamente, pela educação —, continuaremos enfrentando esse problema de forma



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA “VIVAS E SEGURAS”
REALIZADA EM 24/03/2026**

insuficiente. É fundamental que as escolas, desde a pré-escola até a universidade, incorporem, de maneira estruturada, o ensino dos direitos humanos das mulheres em seus currículos, e não apenas por meio de ações pontuais, como palestras nos meses de março, agosto ou durante os vinte e um dias de ativismo, porque, se continuarmos assim, estaremos apenas “enxugando gelo”, sobrecarregando o sistema de justiça e, ao mesmo tempo, questionando a efetividade da própria Lei Maria da Penha e das medidas protetivas. As medidas protetivas salvam vidas, e a Lei Maria da Penha é uma legislação moderna, abrangente e fundamental, mas, ainda assim, ela é insuficiente, por si só, para garantir a proteção integral das mulheres e promover a transformação social que precisamos. Portanto, espero poder contribuir com esse debate a partir da perspectiva da Defensoria Pública, fortalecendo esse olhar voltado à proteção e à garantia de direitos, e desejo a todas e a todos um excelente evento.

DEPUTADA GLEICE JANE - PT (proponente) — Obrigada, doutora Kricilaine. Passo agora a palavra à desembargadora Sandra Regina da Silva, que fará seus cumprimentos e suas considerações.

SENHORA SANDRA REGINA DA SILVA RIBEIRO ARTIOLI (desembargadora TJ/MS) — Boa tarde a todas as pessoas aqui presentes. Cumprimento a deputada Gleice Jane e agradeço pelo convite, pois é uma honra e uma alegria estar aqui participando de um debate tão importante para a nossa sociedade e para o nosso país. Cumprimento também a doutora Kricilaine, com quem já tive a oportunidade de compartilhar outros eventos; o doutor Izonildo, promotor de justiça extremamente atuante nessa causa, e a Mikaella, a quem tenho o prazer de conhecer nesta oportunidade; aproveito, inclusive, para parabenizá-la pelo trabalho que vem desenvolvendo, que, tenho certeza, tem impactado positivamente a vida de muitas pessoas. Agradeço, mais uma vez, o convite e também cumprimento a dona Gilda, aqui presente, cuja trajetória de luta e dedicação, não somente em favor das mulheres, mas também dos mais vulneráveis de nosso estado e do nosso país; então, parabéns pelo seu trabalho. Eu vou falar de uma parte mais técnica, especificamente sobre as Medidas Protetivas de Urgência (MPUs). Nós precisamos considerar, como bem colocou a defensora, que a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 — a Lei Maria da Penha —, que neste ano completa vinte anos, representa um marco significativo no enfrentamento à violência doméstica e familiar contra as mulheres, sendo, de fato, um divisor de águas no sistema de justiça. Inclusive, como eu comentava com a Mikaella, a interpretação que os tribunais vêm adotando atualmente, bem como a jurisprudência construída a partir dessa legislação — inclusive nos tribunais superiores —, tem caminhado no sentido de aplicar seus princípios, seus efeitos e a própria normativa da Lei Maria da Penha também às mulheres trans. Diante da ausência de uma legislação específica, temos aplicado, doutora Kricilaine, a Lei Maria da Penha à comunidade LGBTQIAPN+, o que já se reflete em julgados emblemáticos e significativos, que vêm consolidando esse entendimento jurisprudencial; assim, magistrados e tribunais têm ampliado essa interpretação, o que representa um avanço importante — ainda que saibamos que há muito a avançar —, pois já garante essa proteção também à luz da Lei

Maria da Penha. Especificamente sobre as medidas protetivas, é importante destacar que se tratam de um instrumento judicial e legal de extrema relevância; dentre todos os avanços trazidos pela lei, considero que a instituição dessas medidas é, talvez, o mais significativo, porque sua finalidade é cessar imediatamente o risco ao qual a mulher está exposta, impedindo que a violência evolua para níveis mais graves. Assim, as medidas protetivas possuem efeito imediato e estão previstas nos artigos 18 a 24 da lei, que estabelecem diversas obrigações concretas ao agressor, como o afastamento do lar, a proibição de aproximação da vítima e de seus familiares, a possibilidade de monitoramento eletrônico e até a fixação de alimentos provisórios, entre outras providências que o juiz pode determinar no momento do deferimento. Além disso, atualmente, contamos também com normativas próprias do tribunal que estabelecem, por exemplo, o acompanhamento obrigatório por policiais em situações como retirada de pertences pessoais ou afastamento do agressor do lar, o que reforça a segurança da vítima. Outro ponto fundamental é que a medida protetiva deve ser concedida no prazo legal de até quarenta e oito horas e, em nosso estado, via de regra, temos conseguido cumprir esse prazo; ainda assim, sabemos que, para quem está em risco de vida, esse tempo é muito longo, pois minutos, segundos e horas fazem toda a diferença. É importante ressaltar, ainda, que a medida protetiva pode ser deferida independentemente da existência de inquérito policial ou ação penal em andamento, bem como sem a necessidade de ouvir previamente as partes ou o Ministério Público, bastando a presença dos requisitos legais; isso garante maior agilidade e celeridade ao processo. Se me permite, deputada, posso explicar brevemente como funciona o fluxo dessas medidas em nosso estado: a partir de um evento extremamente traumático para a sociedade — o feminicídio da jornalista Vanessa, ocorrido em janeiro do ano passado —, o Tribunal de Justiça ampliou significativamente sua estrutura de atendimento. Com isso, foi instalada uma nova vara com competência exclusiva para medidas protetivas — a 4ª Vara —, com atribuições semelhantes à 3ª Vara, o que resultou na ampliação, em dobro da capacidade de atendimento. Já contamos, inclusive, com varas especializadas em Três Lagoas, onde a unidade passou a ter competência privativa tanto para infância e juventude quanto para violência doméstica e familiar contra a mulher, o que tem proporcionado um atendimento mais célere naquela região. No que se refere ao fluxo nos dias úteis, ele se inicia com o registro da ocorrência e o pedido da medida protetiva; nesse momento, a vítima registra o boletim de ocorrência e, simultaneamente, já requer a medida, que é imediatamente encaminhada ao juiz para análise no prazo de até quarenta e oito horas e, uma vez concedida, deve ser prontamente cumprida. É importante destacar que, no plantão judicial — ou seja, fora do horário de expediente, em dias de ponto facultativo, feriados e finais de semana —, também foi estruturado um fluxo mais ágil, de modo que o pedido é analisado pela Central de Medidas Protetivas de Urgência e submetido ao juiz, que pode, naquele momento, deferir todas as providências cabíveis com relação ao agressor. Essa decisão é disponibilizada de forma imediata no sistema eletrônico, permitindo que a vítima seja rapidamente notificada e tenha ciência do deferimento da medida, bem como das providências que deverá adotar. Outro avanço relevante é a possibilidade de intimação eletrônica do agressor, que pode ser realizada por meio de WhatsApp, áudio ou vídeo; assim, caso não haja resposta em até duas horas, é expedido mandado para intimação

presencial, com atuação do oficial de justiça, porém, se houver visualização da mensagem ou qualquer manifestação, já se considera efetivada a intimação, o que confere maior agilidade ao procedimento. Por isso, quanto mais informações de contato forem fornecidas — como e-mail e telefone celular —, mais eficiente será esse processo. Além disso, o Tribunal de Justiça, por meio da Escola Judicial (Ejud), em parceria com a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (Sejusp), promoveu a capacitação de policiais militares e civis para atuarem como oficiais de justiça *“ad hoc”*, ampliando significativamente a capacidade de cumprimento dessas medidas; ao todo, foram formados oitenta e um policiais, com treinamento abrangente que inclui cumprimento de mandados, violência de gênero, Lei Maria da Penha e atendimento à vítima. Nesse contexto, destaco o excelente trabalho desenvolvido pela Polícia Militar por meio do Promuse — Programa Mulher Segura —, que veio suprir uma lacuna importante, pois, após o deferimento e o cumprimento das medidas protetivas, muitas vezes perdíamos o contato com a vítima e só voltávamos a ter notícias dela nas audiências para oitivas, sem conhecimento de sua realidade nesse intervalo. Por isso, cumprimento a senhora deputada e a Assembleia Legislativa pela iniciativa do projeto de lei que amplia e orienta a aplicação da Lei Maria da Penha, especialmente no que se refere ao acompanhamento pós medida protetiva, tema que sempre foi motivo de grande preocupação. Atualmente, avançamos na construção de um fluxo integrado de trabalho, em parceria com a Polícia Militar e o Governo do Estado, buscando mais rapidez e efetividade; nesse cenário, o Promuse já atua em praticamente todo o território estadual, realizando acompanhamento contínuo das vítimas. Esse acompanhamento envolve visitas domiciliares, diálogo com familiares, vizinhos e com a própria vítima, com o objetivo de avaliar a situação atual — se houve reconciliação, se ainda há convivência com o agressor, se ele se afastou, se houve novos contatos ou episódios de violência —, permitindo identificar o nível de risco existente. A partir dessas informações, são definidos níveis de risco — como vermelho, alaranjado e verde —, que indicam, respectivamente, alto risco, risco moderado ou ausência de risco imediato, o que possibilita um monitoramento mais preciso e direcionado. Assim, esse acompanhamento pós-medida protetiva, realizado pela Polícia Militar por meio do Promuse, representa um avanço significativo, e acredito que o tenente-coronel Ferraz, aqui presente, poderá detalhar ainda mais esse trabalho. Em síntese, precisamos nos preocupar com essa mulher desde o primeiro momento em que ela acessa o sistema de justiça, até o acompanhamento final, e não apenas até o encerramento do processo penal ou o cumprimento de pena pelo agressor, para que essa mulher saia definitivamente do ciclo de violência, estando plenamente recuperada, fortalecida e pronta para retomar suas atividades, seja no trabalho, nos estudos ou no cuidado com sua família. Portanto, trata-se de um trabalho excepcional, que já vem sendo realizado e que será ainda mais ampliado com o convênio que estamos firmando. Assim, temos um avanço significativo com relação às medidas protetivas de urgência e, nesse contexto, é importante reconhecer que a Polícia Militar está de parabéns, pois, inclusive, já se antecipou em várias dessas ações. Além disso, outra medida prática adotada pelo Tribunal de Justiça, que tem apresentado excelentes resultados, é o sistema das Medidas Protetivas On-line, uma plataforma que hoje está disponível também no site da Delegacia da Polícia Civil, resultado de uma integração entre a Secretaria de Estado de

Justiça e Segurança Pública, o Tribunal de Justiça, a Polícia Militar e a Polícia Civil. Por meio desse sistema, a mulher em situação de violência — ou em risco de sofrê-la — não precisa mais se deslocar até uma delegacia para solicitar a medida protetiva, podendo fazê-lo diretamente pela internet, por qualquer dispositivo eletrônico, em qualquer um dos setenta e nove municípios do estado; e isso representa um avanço extremamente relevante. Para ilustrar, trago alguns dados do Tribunal de Justiça: em 2023, quando o sistema ainda funcionava como projeto piloto em Campo Grande, foram registradas duzentas e setenta e três solicitações de medidas protetivas on-line; já em 2024, com a expansão para Dourados, Três Lagoas e Corumbá — comarcas de maior porte —, esse número saltou para seiscentas e sessenta e sete solicitações; e, em 2025, com a ampliação para todos os setenta e nove municípios do estado, chegamos a mil e setenta e três pedidos realizados por essa via, sem contar aqueles feitos diretamente nas delegacias. Esses números, por um lado, são positivos, pois demonstram que as mulheres estão buscando os serviços, que há mais coragem, mais informação e maior confiança nas instituições; por outro lado, são também números preocupantes, porque, por trás de cada registro, há dor, sofrimento e uma história de violência que impacta não apenas a mulher, mas toda a sua rede familiar e social — filhos, pais, irmãos, amigos —, atingindo, portanto, toda a sociedade. Diante disso, reconhecemos que ainda estamos longe do ideal e que precisamos avançar muito, sobretudo porque os indicadores do nosso estado evidenciam essa necessidade; ainda assim, temos buscado fortalecer esse enfrentamento por meio de parcerias institucionais, envolvendo a Assembleia Legislativa, o Governo do Estado, o Tribunal de Contas e diversas outras iniciativas, como campanhas de conscientização, a exemplo do “Todos por Elas”, voltado à educação e à prevenção do feminicídio. Nesse sentido, como bem destacou a Mikaella, a nossa principal estratégia deve ser a união — não apenas da sociedade civil, mas também das instituições —, atuando de forma integrada, por meio de convênios, parcerias e cooperações técnicas; e, nesse esforço conjunto, também é importante destacar a atuação do Governo Federal, que tem contribuído com ações e campanhas, como o “Todos por Todas”, que, inclusive pelo nome, já traduz esse espírito de união e corresponsabilidade. Outro instrumento relevante é o Monitor da Violência contra a Mulher, desenvolvido em parceria com a Sejustp, a Polícia Civil, o Tribunal de Justiça e a Polícia Militar, que disponibiliza, em tempo real, dados estatísticos sobre violência doméstica e familiar, incluindo feminicídios, sendo uma ferramenta estratégica para o acompanhamento e a formulação de políticas públicas. Inclusive, esse projeto foi reconhecido nacionalmente, tendo conquistado o segundo lugar no Prêmio CNJ “Viviane Vieira do Amaral”, em 2025 — uma premiação de grande relevância, que homenageia a juíza vítima de feminicídio no Rio de Janeiro. Nesse sentido, é importante destacar que, embora os números, à primeira vista, pareçam frios, eles carregam uma relevância fundamental, pois, por trás de cada dado, há uma história, uma família, uma mulher e uma dor. Ainda assim, esses números são essenciais porque orientam a formulação de políticas públicas; por meio desses dados e dos sistemas de inteligência conseguimos identificar onde a violência ocorre com maior incidência, quais são os tipos de violência mais recorrentes, quem são essas mulheres, como vivem e em que contexto social estão inseridas, o que nos permite estruturar políticas mais eficazes e direcionadas à realidade de cada território. Dessa forma, esse sistema de

monitoramento em tempo real, integrado com toda a rede de segurança pública, torna-se uma ferramenta estratégica para orientar a atuação do Estado, sendo, portanto, um avanço importante do nosso tribunal. Como já mencionei, todas essas ações estão respaldadas por atos normativos e por um sólido amparo legal, que nos permite atuar com segurança jurídica; e, dentro dessa estrutura, a Coordenadoria da Mulher trabalha com três eixos principais. O primeiro eixo é o da proteção, que abrange exatamente essas medidas de caráter legal, judicial e penal, ou seja, a atuação diante da violência já ocorrida ou iminente; nesse campo, temos avançado com a legislação, com a ampliação de serviços e com a integração entre instituições, incluindo iniciativas como a Casa da Mulher Brasileira, que, como bem lembrou a deputada, foi a primeira do país, aqui em Campo Grande, e que, apesar dos desafios, tem apresentado resultados positivos e relevantes. No entanto, embora tenhamos avançado na proteção, precisamos agora priorizar também os outros dois eixos: o da autonomia e o da prevenção. No eixo da autonomia, o objetivo é promover o empoderamento da mulher, possibilitando sua inserção no mercado de trabalho por meio de capacitação, qualificação profissional e suporte psicossocial, garantindo condições para que ela alcance independência econômica e, assim, consiga romper o ciclo de violência; esse eixo se conecta diretamente ao que vem após a medida protetiva, sendo fundamental para consolidar a saída dessa situação de vulnerabilidade. Para isso, é indispensável o trabalho conjunto com a sociedade civil, com o setor privado, com empresas, com o Sebrae, com o Sistema S e com as próprias instituições públicas, em uma rede de cooperação que fortaleça essas oportunidades. Por fim, e talvez o mais importante de todos, está o eixo da prevenção, que nos leva diretamente à educação, pois é nesse campo que podemos promover transformações estruturais e duradouras; é necessário atuar desde a infância, envolvendo crianças e adolescentes, construindo uma cultura de respeito e igualdade. Nesse sentido, já contamos com parcerias firmadas com a Assembleia Legislativa, com o Governo do Estado e com o Tribunal de Contas, dentro da iniciativa “Todos por Elas na Educação”, e, a partir deste ano, a Coordenadoria da Mulher pretende intensificar essa atuação, levando projetos educacionais às escolas. Serão ações iniciadas como projetos-piloto em Campo Grande, com posterior expansão para outras comarcas, contemplando tanto o ensino fundamental quanto o ensino médio; e, embora os resultados não sejam imediatos, trata-se de um investimento contínuo, cujos frutos serão colhidos ao longo do tempo, consolidando-se como uma política permanente. Para finalizar, trago também um panorama estatístico do nosso estado com relação às medidas protetivas: no ano de 2025, foram concedidas treze mil, seiscentas e vinte e cinco medidas, um número extremamente elevado, que nos leva a refletir que quase quatorze mil mulheres precisaram recorrer a esse mecanismo de proteção, nesse momento de violência que vivenciaram. Tivemos oitocentos e vinte e um pedidos de medidas protetivas negados, bem como seis mil cento e dezoito medidas revogadas; e é importante destacar que a revogação só ocorre mediante solicitação da própria vítima, ou seja, quando ela informa que já não há mais necessidade da proteção, sendo que, em muitos casos, há retomada do relacionamento ou do convívio familiar. Nesse ponto, destaco um dado muito relevante, que se relaciona diretamente com o trabalho desenvolvido pelo Tribunal de Justiça em parceria com diversas instituições, pois é fundamental reconhecer que não conseguimos avançar sozinhos; ao contrário, todas as



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA “VIVAS E SEGURAS”
REALIZADA EM 24/03/2026**

nossas ações e políticas públicas dependem de cooperação e articulação com parceiros. Ao analisarmos esses números — seis mil cento e dezoito medidas revogadas no último ano —, dentro de um total de vinte mil, quinhentas e sessenta e quatro medidas movimentadas pelo Poder Judiciário, percebemos a dimensão do desafio, mas também a importância de iniciativas complementares. Nesse contexto, destaco o Projeto Dialogando Igualdades, voltado ao trabalho com os agressores, pois é essencial atuar também nesse campo para romper o ciclo da violência; o projeto promove grupos reflexivos, com acompanhamento psicológico e psicossocial, e, muitas vezes, integra o cumprimento de medidas impostas pelo Judiciário, com encontros semanais ao longo de quatro meses, totalizando dezesseis reuniões. Essas ações são desenvolvidas em parceria com entidades da sociedade civil, organizações não governamentais e o poder público municipal, e estamos sempre abertos a novas parcerias — inclusive, Mikaella, convidando instituições e pessoas a somarem esforços conosco. Em Campo Grande, por exemplo, já contamos com dois pontos de atendimento, e recentemente recebemos a informação, por meio da Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres, de que, em um grupo reflexivo com quatrocentos e cinquenta homens, houve 100% de participação, sem abandono e, mais importante ainda, sem reincidência monitorada, o que demonstra um avanço significativo. Por isso, esse é um projeto que precisamos expandir para todos os setenta e nove municípios do estado, pois os grupos reflexivos cumprem um papel fundamental ao promover a conscientização e a mudança de comportamento dos agressores; e, embora nem todos os casos de revogação estejam relacionados a essa iniciativa, é possível afirmar que muitos deles decorrem dessa transformação de postura. Passando aos dados de 2026, mesmo sem termos concluído o terceiro mês do ano, já registramos três mil, seiscentas e sessenta e três medidas concedidas, além de aproximadamente quatro mil medidas no total, o que nos leva a refletir sobre como encerraremos o ano, considerando essa tendência de crescimento, que, sem dúvida, é motivo de preocupação. Diante disso, reforço a importância desta Audiência Pública realizada pela Assembleia Legislativa, por iniciativa da deputada, que eu diria não ser apenas um convite, mas uma verdadeira convocação, pois todos nós temos o dever de participar, contribuir e enfrentar essa realidade de forma conjunta. Para concluir, registro que, em 2026, até o momento, tivemos duzentas medidas negadas e mil quatrocentas e sete revogadas, totalizando cinco mil duzentas e setenta medidas analisadas; e, infelizmente, ao observarmos os dados de feminicídio, verificamos um crescimento preocupante: foram trinta casos em 2023, trinta e cinco em 2024, trinta e nove em 2025 e, já em 2026, até 23 de março, contabilizamos oito casos.

SENHOR IZONILDO GONÇALVES DE ASSUNÇÃO JÚNIOR (promotor de justiça) — Talvez mais um, porque foi encontrada uma mulher nas proximidades do Inferninho. Peço desculpas por interrompê-la, mas, infelizmente, há a possibilidade de mais um feminicídio, pois essa mulher foi localizada seminua, ainda sem identificação e sem confirmação da causa da morte, o que pode elevar esse número.

SENHORA SANDRA REGINA DA SILVA RIBEIRO ARTIOLI (desembargadora TJ/MS) — Se confirmado, significaria nove casos em apenas três meses,

ou seja, uma média de três mulheres assassinadas por mês. Diante disso, concluo destacando a preocupação com essa trajetória ascendente de feminicídios e de crimes de violência doméstica familiar, de modo geral, contra as mulheres. Precisamos fazer uma reflexão muito profunda, porque apenas a celeridade processual e os avanços nas medidas protetivas, por si sós, não serão suficientes para interromper esse ciclo de violência; é verdade que, com tudo o que já conseguimos implementar, certamente muitas vidas foram salvas, mas ainda precisamos avançar muito mais. Isso porque é fundamental estruturarmos um sistema mais amplo de proteção, que envolva todas as instituições e que também contemple os eixos da autonomia e da prevenção, pois, sem isso, não conseguiremos enfrentar as causas estruturais que alimentam a violência doméstica. Agradeço muito a atenção de todos, peço desculpas, deputada, caso tenha me estendido na fala, mas acredito que era importante trazer esses elementos para iniciarmos essa reflexão coletiva. Muito obrigada.

DEPUTADA GLEICE JANE – PT (proponente) — Obrigada, doutora Sandra. Os dados são, de fato, muito importantes, e eu mesma acompanhei a assinatura do pacto firmado entre a Assembleia Legislativa, a Secretaria de Estado de Educação, o Tribunal de Contas e o Tribunal de Justiça, e considero que a educação deve ser um dos principais caminhos para enfrentarmos essa realidade. Falo também a partir da minha experiência como professora, pois, quando iniciei minha atuação na escola, por volta de 2006, havia uma forte presença de formações sobre gênero; os professores recebiam capacitação e eram incentivados, constantemente, a abordar esses temas em sala de aula, dialogando com os alunos e alunas, o que contribuía para a reflexão, para a compreensão e para a formação cidadã. No entanto, a partir do golpe contra a presidenta Dilma, observamos um grande retrocesso, com a criação de um ambiente que, na prática, passou a inibir esse debate nas escolas; hoje, muitos professores têm medo de abordar temas como violência de gênero, em razão do assédio e da pressão que sofrem. Por isso, esse trabalho em parceria com a Secretaria de Estado de Educação é fundamental e necessário, especialmente para que possamos superar esse medo e reafirmar que a escola é, sim, um espaço de liberdade de expressão — inclusive com respaldo do Supremo Tribunal Federal —, sendo legítimo e necessário discutir temas como esquerda, direita, de violência, de gênero, pois isso é essencial para o desenvolvimento intelectual e social dos estudantes. Nesse sentido, fortalecer esse convênio é garantir também segurança para os professores, para que possam atuar com respaldo institucional e dizer com clareza: é necessário falar sobre isso dentro das escolas. Bom, dando sequência à nossa programação, informo que passaremos agora à fala das pessoas previamente inscritas, que contribuirão, inclusive, para a construção desta Audiência Pública; temos uma lista extensa, com cerca de vinte inscritos, embora algumas pessoas não tenham podido comparecer, de modo que contamos, neste momento, com aproximadamente dezessete ou dezoito participantes — entre mulheres e também um homem inscrito. Para que possamos garantir a participação de todos e, posteriormente, abrir espaço ao público em geral, peço que cada pessoa utilize entre dois e três minutos em sua fala, de modo que consigamos ouvir a todos; portanto, peço objetividade, para que cada um possa transmitir sua mensagem e assegurar a



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA “VIVAS E SEGURAS”
REALIZADA EM 24/03/2026**

participação coletiva. Assim, convido para fazer uso da palavra Adriana da Silva Posso e, na sequência, já peço que Alicéia se prepare.

SENHORA ADRIANA DA SILVA POSSO (coordenadora Núcleo Cidadania - Aduf/MS) — Boa tarde a todas e a todos. É um prazer estar aqui representando o Sindicato das Professoras e Professores da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Em nome do nosso presidente, professor José Roberto Rodrigues, saúdo a todos e todas, bem como a Mesa. Agradeço por essa iniciativa, que é extremamente importante e que também atinge diretamente as nossas professoras, pois temos recebido relatos de casos de violência praticados contra elas; e, nesse contexto, o sindicato atua na defesa do direito dessas profissionais de exercerem suas atividades, cuidarem de suas famílias e viverem com dignidade, que é o que todos nós desejamos. Confesso que não estava preparada para falar, pois vim como convidada e não sabia que faria uso da palavra, mas quero registrar meu agradecimento pela oportunidade de ouvir a Mesa, pois aprendi muito com as exposições, e pretendo levar esse aprendizado para o sindicato, compartilhando com nossos sindicalizados e sindicalizadas tanto o que foi apresentado quanto as preocupações que também fazem parte da nossa realidade. Isso porque, a cada episódio de violência contra professoras, servidoras ou estudantes, toda a comunidade é afetada, o que nos preocupa profundamente; portanto, este é também um momento de aprendizado e de fortalecimento, para que possamos levar esse debate aos nossos companheiros e companheiras. Muito obrigada e, mais uma vez, agradeço pelo convite.

DEPUTADA GLEICE JANE – PT (proponente) — Obrigada, Adriana. Convido agora a Alicéia e, na sequência, o tenente-coronel Evandro Pereira.

SENHORA ALICÉIA ALVES ARAUJO (diretora CUT/MS) — Boa tarde a todos e a todas. Sou Alicéia, faço parte da direção da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e estou aqui representando a Secretaria da Mulher Trabalhadora, em nome da Cléo Bortoni; e, de forma breve, quero destacar que a violência contra a mulher é amplamente naturalizada em diversos ambientes, inclusive no ambiente de trabalho. Embora o feminicídio seja a expressão mais extrema dessa violência, no cotidiano das empresas enfrentamos outras formas igualmente graves, como a ausência de uma licença-maternidade de, no mínimo, cento e oitenta dias, além de um número significativo de mulheres que são demitidas justamente no retorno da licença, em um dos momentos mais delicados de suas vidas; e falo isso, inclusive, com base em dados da empresa onde trabalho, o grupo Energisa. Além disso, há casos recorrentes de assédio sexual, assédio moral, diversas formas de violência e desigualdade salarial; e, mesmo quando a mulher consegue avançar e ocupar determinados espaços, ainda enfrenta essas barreiras. Diante do que foi discutido aqui, o que percebo é uma desconexão total entre as ações que vêm sendo realizadas, o que não pode continuar dessa forma; o município possui projetos, o Governo do Estado também, o Governo Federal lançou campanhas, mas tudo isso ainda é insuficiente. Estamos vivendo um momento crítico e devastador, e, por isso, é necessário um compromisso mais efetivo, começando pela organização da legislação, pois hoje cada

ente atua de uma maneira, existem leis, mas não há estrutura, recursos financeiros nem força de trabalho suficientes para implementá-las. Nesse sentido, é importante que esta audiência leve um recado claro às esferas municipal, estadual e federal: é urgente a construção de um pacto pela vida, assim como já houve, no passado, iniciativas nacionais para o combate à fome ou ao trabalho escravo. Inclusive, no caso das concessões federais — como é o caso da empresa em que trabalho, a Energisa —, esse processo poderia começar por aí; como sindicalista, posso afirmar que temos dificuldade de avançar, até mesmo, em itens básicos de proteção às mulheres nos acordos coletivos. Portanto, é fundamental que se exija dessas empresas e concessões a apresentação de projetos eficazes, com monitoramento e resultados concretos. Sem esse alinhamento entre as esferas e os setores, continuaremos “enxugando gelo”, continuaremos perdendo vidas e não avançaremos, por exemplo, na igualdade salarial. Outro ponto importante diz respeito às creches: muitas fecham às 16h, o que demonstra total descompasso com a realidade das trabalhadoras. Quem sai do trabalho às 16h? A maioria das mulheres sai do trabalho às 17h30 ou 18h — e muitas precisam deixar as crianças na creche às 7h da manhã — então, quem cuida dessas crianças nesse intervalo? Essa é uma realidade que precisa ser enfrentada com seriedade. Por isso, reforço que não adianta agir de forma isolada; o que expressamos aqui é um verdadeiro grito de socorro, um pedido urgente por respostas. Acredito que é necessário um alinhamento em nível nacional, um pacto efetivo, iniciado pelo Governo Federal, para que possamos avançar de forma concreta. Muito obrigada.

DEPUTADA GLEICE JANE – PT (proponente) — Obrigada, Alicéia. Convido agora o tenente-coronel Evandro Pereira e, na sequência, Heloisa Belo.

SENHOR EVANDRO PEREIRA FREIRE FERRAZ (tenente-coronel PM/MS – Promuse) — Boa tarde a todos. Gostaria de cumprimentar a deputada Gleice Jane, agradecer pelo convite e também cumprimentar todos os integrantes da Mesa. Cumprimento a desembargadora, a nossa representante da comunidade LGBTQIAPN+, o senhor promotor, a senhora defensora e todos os presentes. Deputada, sei que o tempo é curto, mas gostaria de apresentar, ainda que de forma resumida, o Promuse. Para quem não conhece, o Programa Mulher Segura (Promuse) é uma ferramenta essencialmente preventiva da Polícia Militar, configurando-se como uma política de estado em Mato Grosso do Sul voltada ao enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a mulher. Esse trabalho não começou agora; ainda em 2014, em Amambai, na região de fronteira, já havia um movimento dentro da corporação, por iniciativa de um oficial, no sentido de construir uma ferramenta que pudesse enfrentar a violência de gênero de forma mais efetiva. A partir daí, com o empenho de muitos policiais militares e o apoio de diversas instituições parceiras, conseguimos estruturar e fortalecer o programa até chegarmos ao estágio atual. Nesse sentido, deixo aqui um recado importante: confiem no trabalho da Polícia Militar, por meio do Promuse. Inclusive, tive a satisfação de receber a deputada, que manifestou a intenção de continuar investindo no programa — o que nos dá segurança, credibilidade e condições de avançar ainda mais. Muito obrigado, deputada. De forma objetiva, o Promuse atua diretamente no acompanhamento das medidas protetivas de urgência; assim, recebemos

essas medidas do Poder Judiciário e realizamos, em campo, a fiscalização do seu cumprimento. Na prática, as equipes se deslocam até a residência da vítima, realizam entrevistas, atualizam dados como endereço e telefone de contato, e estabelecem um diálogo direto com essa mulher; quando não a encontram, buscam informações com familiares, vizinhos ou testemunhas, garantindo a atualização dos dados e a continuidade do acompanhamento. Após cada visita — que chamamos de visita técnica —, o policial militar elabora um relatório circunstanciado, que é encaminhado ao Poder Judiciário, informando a situação encontrada, as condições da vítima e eventuais riscos identificados, o que permite uma atuação mais precisa e integrada. Além disso, estamos desenvolvendo, em parceria com o Tribunal de Justiça, um aplicativo que permitirá o envio de informações em tempo real ao Judiciário, especialmente em situações de risco iminente; por exemplo, quando, durante a fiscalização, há relatos de que o agressor está circulando nas proximidades da residência, ainda que não seja possível efetuar a prisão em flagrante naquele momento. Com esse sistema, será possível registrar rapidamente essas ocorrências — inclusive com base em relatos da vítima e de testemunhas —, o que poderá subsidiar decisões judiciais mais ágeis, como a expedição de mandados contra o agressor, fortalecendo, assim, a atuação policial e ampliando a proteção da vítima. Dessa forma, entendemos que essa ferramenta tecnológica vai nos ajudar muito, porque, atualmente, fazemos o registro das ocorrências em relatórios que são encaminhados ao Poder Judiciário, mas esse processo demanda tempo; por isso, com a implementação do aplicativo, teremos mais agilidade na comunicação e, conseqüentemente, melhores condições de atuação, inclusive para viabilizar a prisão do agressor quando necessário. Em síntese, é isso que o Promuse representa: uma ferramenta preventiva, integrada e em constante aprimoramento. E aproveito para reforçar que estamos à disposição — inclusive, diante do relato feito anteriormente sobre casos de agressão —, pois tanto o Promuse quanto a própria delegacia podem ser acionados; além disso, também atuamos com palestras, o que integra o eixo da prevenção, de modo que podemos, por exemplo, realizar ações junto ao sindicato. Muito obrigado e deixo nosso contato à disposição.

DEPUTADA GLEICE JANE – PT (proponente) — Muito obrigada, tenente-coronel Evandro. Convido agora Eloísa Castro Berro, representando a Secretaria Estadual das Mulheres do PT/MS, e, na sequência, Fernanda Teixeira.

SENHORA ELOISA CASTRO BERRO — Boa tarde a todas e a todos. Cumprimento, com carinho, todas as pessoas presentes e destaco que este foi um mês bastante intenso, com uma pauta forte nas ruas, em atos, audiências públicas e capacitações; por isso, parabenizo a deputada Gleice Jane por esta iniciativa e por tantas outras realizadas ao longo desse período. Quero compartilhar também que estive à frente da Casa da Mulher Brasileira em seu início, como primeira coordenadora, e foi um grande desafio, especialmente quando precisávamos construir protocolos e diretrizes de atendimento, pois, antes disso, as mulheres enfrentavam uma verdadeira via-sacra, sem conseguir acesso adequado aos serviços; assim, concentrar o atendimento e estruturar esse fluxo foi uma conquista importante, construída com muito esforço. Ao ouvir as falas de

hoje, fico refletindo sobre o quanto avançamos, mas também sobre o quanto ainda precisamos avançar; inclusive, conversando com a Estela mais cedo, surgiu a necessidade de analisarmos novos dados e aprofundarmos esse debate, pois o cenário ainda é extremamente preocupante — apenas nos dois primeiros meses do ano, tivemos quase mil e setecentas ocorrências e oito feminicídios, o que é absolutamente alarmante. Lembro que, à época da Casa da Mulher Brasileira, chegamos a receber cartas de advogados sugerindo que deveríamos “manejar”, sob o argumento de que estaríamos “desestruturando famílias”, o que demonstra o quanto ainda enfrentamos discursos equivocados e resistentes — e isso continua acontecendo, como vemos hoje em manifestações e movimentos de caráter misógino, que precisam ser enfrentados, inclusive no campo da educação. Nesse sentido, entendo que a ausência da pauta das mulheres nos currículos escolares é um problema grave, pois ainda predominam referências masculinas, e precisamos avançar nesse debate, sobretudo diante das discussões em curso no âmbito federal sobre mudanças nos currículos educacionais. Quanto à questão dos grupos reflexivos com homens, sempre tivemos clareza de sua importância, embora, à época, entendêssemos que a Casa da Mulher deveria ser um espaço exclusivo de acolhimento para mulheres; ainda assim, considero que essas iniciativas são fundamentais e, inclusive, defendo que esses processos sejam mais longos e aprofundados — não com poucos encontros, mas com um número maior, talvez vinte ou até trinta —, de modo a promover não apenas a reflexão, mas também a responsabilização efetiva dos agressores. Portanto, seguimos com uma pauta intensa e necessária, e reafirmo que não descansaremos enquanto a vida das mulheres não for colocada como prioridade central na sociedade. Um abraço.

DEPUTADA GLEICE JANE – PT (proponente) — Obrigada, Eloísa. Não vamos descansar mesmo. Convido agora Fernanda Teixeira e, na sequência, Fernanda Serafim.

SENHORA FERNANDA TEIXEIRA (Secretaria Municipal das Mulheres - PT/MS) — Boa tarde a todos e a todas. Estou aqui representando a Secretaria de Mulheres do PT e gostaria de agradecer à deputada por ter acolhido nossa proposta; esse debate surgiu a partir de um caso concreto que nos mobilizou, e entendemos que era fundamental tratar das medidas protetivas mas, ainda que a lei exista, precisamos refletir sobre o que acontece com essa mulher depois que ela sai com a medida protetiva, pois há inúmeros impedimentos que acabam gerando um processo contínuo de revitimização, no qual ela precisa abrir mão de espaços, perde vínculos e, muitas vezes, vê sua vida sendo gradativamente limitada. Além disso, sabemos que a maioria das mulheres que são vítimas de feminicídio sequer chegou a registrar um boletim de ocorrência, o que reforça a importância de garantir que as medidas protetivas funcionem de forma efetiva, já que estamos falando dos casos mais graves; e, se nem nesses casos — com os instrumentos mais fortes que a legislação oferece — conseguimos assegurar proteção, isso acaba enfraquecendo a confiança na denúncia, na lei e no próprio sistema. Como consequência, perdemos mulheres nos espaços de convivência, na política e na militância, pois elas deixam partidos, abandonam seus trabalhos, se afastam da vida cultural e social e, muitas



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA “VIVAS E SEGURAS”
REALIZADA EM 24/03/2026**

vezes, interrompem sua participação ativa na sociedade; por isso, precisamos ampliar a presença feminina nos espaços de poder e decisão, fortalecendo a construção de novas leis e políticas públicas. Embora a violência doméstica seja a que possui maior estrutura normativa, existem inúmeras outras formas de violência que atingem as mulheres e que ainda carecem de legislação e de políticas públicas específicas; nesse sentido, deixo como provocação a necessidade de pensarmos em um conjunto mais amplo de medidas, para que possamos, de fato, garantir que as mulheres estejam vivas e seguras em todos os espaços.

DEPUTADA GLEICE JANE – PT (proponente) — Muito obrigada, Fernanda, e já acolho essa provocação para a construção de novas legislações, o que é extremamente importante. Convido agora Fernanda Serafim e, na sequência, Débora Castro.

SENHORA FERNANDA SERAFIM (Conselho Estadual dos Direitos das Mulheres) — Boa tarde a todas as pessoas presentes, especialmente a nós, mulheres de luta; agradeço, na pessoa da deputada Gleice Jane, o convite para participarmos deste momento. Cumprimento toda a Mesa, na presença da subsecretária Mikaella, e também todas as pessoas que militam na defesa dos direitos das mulheres, na pessoa da dona Gilda. Enquanto presidente do Conselho Estadual dos Direitos das Mulheres, entendo que ainda existem brechas jurídicas que dificultam a efetividade das medidas protetivas; e, ao analisarmos os trinta e nove casos de feminicídio registrados no ano passado, identificamos situações emblemáticas, como dois casos específicos — um em Três Lagoas e outro envolvendo a guarda municipal Aline —, nos quais os agressores utilizavam tornozeleira eletrônica e havia medidas protetivas em vigor, mas, ainda assim, as vítimas foram mortas. Isso demonstra que, embora os números sejam importantes, eles representam vidas, e, para nós, que atuamos na sociedade civil e estamos em contato direto com a base, é essencial pensar em estratégias que façam com que esse debate ultrapasse este espaço e alcance, de fato, as mulheres que continuam sendo vitimizadas em diferentes contextos. Nesse cenário, é fundamental considerar os recortes sociais, especialmente o das mulheres negras, que representam cerca de 68% das vítimas de feminicídio, e também das mulheres indígenas, especialmente em Mato Grosso do Sul, que possui a terceira maior população indígena do país; além disso, enfrentamos um grave problema de subnotificação nas aldeias, sobretudo em casos que envolvem crianças, sendo importante lembrar que a maioria das ocorrências de violência sexual envolve menores de quatorze anos — uma realidade que não é exclusiva do nosso estado nem dessas comunidades, mas que exige atenção especial. Diante disso, reforço a provocação já trazida anteriormente, no sentido de avaliarmos a efetividade de programas e políticas, como o Programa Protege, questionando como essas ações estão sendo implementadas na prática e se, de fato, estão alcançando as mulheres que mais precisam, evitando não apenas a violência, mas também a revitimização institucional. No que se refere à educação, falo também como professora da rede pública estadual há quinze anos, além de conselheira, e destaco que, embora o conselho tenha solicitado a inclusão de conteúdos como a Lei Maria da Penha, o feminicídio e os ciclos de violência no currículo, o que foi implementado até agora ocorreu apenas como

habilidade complementar, ou seja, de caráter opcional. O que isso significa? Significa que o conteúdo se torna opcional, ou seja, o professor pode ou não abordar o conteúdo em sala de aula; com isso, não temos a garantia de que esse tema será efetivamente trabalhado no ambiente escolar, dentro de um espaço formativo e orientador. Além disso, essa brecha também não assegura que as professoras deixarão de ser perseguidas por tratar do direito das mulheres no contexto escolar. Diante disso, eu gostaria que levássemos essa reflexão adiante, pensando em como podemos construir a efetivação das medidas protetivas às mulheres. Obrigada.

DEPUTADA GLEICE JANE - PT (proponente) — Essa realidade que a Fernanda trouxe é algo que tenho vivenciado no meu dia a dia, especialmente nas visitas às escolas, onde escuto constantemente professoras e professores relatarem situações de perseguição em razão dos conteúdos que trabalham; por isso, tenho denunciado essa situação de forma recorrente, pois se trata de um tema que precisa, de fato, ser enfrentado e debatido com seriedade. Dando continuidade, convido Débora Castro e, na sequência, a professora Bartolina.

SENHORA DÉBORA CASTRO (Marcha Mundial das Mulheres) — Boa tarde a todas e a todos. Boa tarde à Mesa. Para iniciar minha fala, eu gostaria de ler um trecho de uma carta: “Tia, meu pai bate na minha mãe e em nós. Ele não deixa a gente sair de casa. Meu irmão mais velho sugeriu que a gente desse veneno de rato para o nosso pai. Tia, ajuda a gente.” Essa carta foi levada por uma vizinha dessas crianças, que a entregou ao Conselho Tutelar, e eu falo a partir da minha atuação como conselheira tutelar em Campo Grande; e posso afirmar que, pelo menos uma vez por mês, preciso buscar vagas em creches, pré-escolas e na educação básica para mães que precisam deixar suas casas, seus bairros ou até suas cidades, fugindo de situações de violência. Ou seja, essas mulheres e essas crianças, mesmo após vivenciarem traumas profundos, agressões físicas e violências psicológicas, ainda são obrigadas a recomeçar suas vidas em outros lugares para conseguirem permanecer vivas. Além disso, pelo menos duas vezes por semana, atendo situações em que homens registram denúncias falsas contra suas ex-companheiras, o que mobiliza todo o sistema e acaba revitimizando mulheres que já estão em situação de vulnerabilidade. Embora eu tenha letramento de gênero, sei que nem todos os profissionais possuem essa mesma preparação, e isso impacta diretamente na forma como esses casos são conduzidos; muitas situações que, para alguns, passam despercebidas, no meu trabalho eu consigo identificar, nomear e compreender em sua gravidade. Aquela carta que li no início não é apenas um relato, mas um pedido de socorro — um retrato brutal de crianças que, diante da ausência de proteção, chegam a cogitar fazer justiça com as próprias mãos; e, ainda assim, há quem insista em tratar esse tipo de violência como uma questão privada, quando, na verdade, trata-se de um problema social profundo. Eu poderia passar horas relatando casos de violência contra mulheres, mães, meninas e adolescentes, porque, muitas vezes, quando falamos de violência, focamos nas mulheres adultas e deixamos de olhar para as meninas e adolescentes, que também são vítimas. Precisamos lembrar que Mato Grosso do Sul está entre os estados com maiores índices de estupro de

meninas e crianças menores de catorze anos. E nem estou entrando em outras questões, como as gestações de meninas com 10 a 12 anos. Somente em 2024, na região onde atuo — a região do Prosa —, foram registrados mais de cem casos, o que revela a dimensão do problema; além disso, vemos adolescentes de catorze a dezesseis anos solicitando medidas protetivas contra homens desconhecidos que as perseguem, contra ex-namorados e, em casos ainda mais graves, contra os próprios pais, em situações de abuso sexual. Diante disso, é urgente compreender que, quando falamos em defesa da família e proteção das crianças, precisamos reconhecer que a violência contra a mulher ultrapassa os limites do espaço doméstico, atravessa gerações e deixa marcas profundas também nas crianças e nos adolescentes. Está comprovado que crescer em ambientes marcados por violência — com gritos, agressões e medo constante — afeta diretamente o desenvolvimento emocional, cognitivo e social dessas crianças, gerando quadros de ansiedade, depressão, outros transtornos e prejuízos no desempenho escolar. No entanto, essas crianças e essas mães, hoje, não recebem o atendimento adequado, o que nos leva a refletir sobre o futuro dessas vidas e, conseqüentemente, sobre o impacto disso em toda a sociedade; afinal, muitas dessas mulheres deixam de ser mães, deixam de viver plenamente, tornando-se mortas-vivas. Naquele caso da carta, a mãe negou toda a denúncia, chamou as crianças para dentro de casa, fechou a porta e manteve a situação como estava. E é nesse ponto que precisamos refletir sobre o papel da rede: ela existe, ela atende, mas, na prática, a rede de proteção à criança e ao adolescente muitas vezes não dá conta da demanda; a política de assistência social, hoje, nos municípios, é insuficiente e, em muitos casos, inefetiva. Podemos até considerar que, eventualmente, a área da saúde — por meio de uma agente que tenha letramento de gênero — consiga acessar essa mulher, mas isso não é regra; muitas vezes, ela acaba se tornando apenas mais um número nas estatísticas de feminicídio. Eu poderia abordar diversos temas — inclusive a violência vicária e outros aspectos —, mas vou me concentrar nos encaminhamentos: é urgente que a educação infantil inclua o debate sobre respeito às mulheres, pois já está comprovado que, a partir dos três anos de idade, meninos começam a reproduzir comportamentos machistas. Além disso, precisamos garantir a efetividade da Lei Maria da Penha, de modo que não seja a mulher — nem as crianças — que tenham que sair de suas casas, mas sim o agressor; e, para isso, é essencial que a vítima tenha segurança para permanecer em seu lar, confiando que estará protegida. Por fim, é necessário fortalecer a aplicação da lei, fiscalizar seu cumprimento e ampliar a integração entre a rede de atendimento às mulheres e a rede de proteção às crianças. Obrigada.

DEPUTADA GLEICE JANE - PT (proponente) — Obrigada, Débora. Convido agora a professora Bartolina e, na sequência, Carla Melo.

SENHORA BARTOLINA RAMALHO (Grupo TEZ - Trabalho e Estudos Zumbi) — Boa tarde a todas as pessoas presentes. Deputada, quero parabenizá-la por trazer esse tema e por promover esta Audiência Pública com o tema “Vivas e Seguras”, que, desde que cheguei aqui, tem chamado profundamente a minha atenção. Falo, neste momento, representando um grupo que, infelizmente, concentra os maiores índices de violência: as



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA “VIVAS E SEGURAS”
REALIZADA EM 24/03/2026**

mulheres negras, que, no Brasil, no nosso estado e na nossa cidade, são as que mais sofrem com a violência e com o feminicídio. Quando analisamos os dados, vemos que as mulheres negras estão entre as principais vítimas, tanto no feminicídio quanto na violência doméstica; e a fala da Débora, especialmente a carta que ela trouxe, me atravessou profundamente, porque dialoga diretamente com o que eu também gostaria de expressar. Isso porque, toda vez que uma mulher negra é vítima de violência ou de feminicídio, são seus filhos que ficam desamparados, que se tornam órfãos e que, muitas vezes, não encontram suporte para romper o ciclo da violência. E, assim, os números continuam se repetindo de forma insistente: nos piores indicadores sociais do país, as mulheres negras estão sempre presentes — inclusive entre aquelas que recebem os menores salários, mesmo sendo, em sua maioria, chefes de família. Além disso, muitas dessas mulheres também atuam como lideranças comunitárias, rompendo ciclos e enfrentando culturas de violência, contribuindo para transformar realidades; ainda assim, seguem sendo as mais vulnerabilizadas. Por isso, é fundamental que as medidas protetivas e, sobretudo, a voz da mulher negra sejam levadas a sério, pois não é possível ignorar uma denúncia, considerando que, quando uma mulher chega a esse ponto, ela já ultrapassou todos os limites do que é suportável. É com essa voz que venho a esta Audiência Pública afirmar que nós formamos essa rede — todas nós que estamos aqui e que acumulamos anos de luta pela segurança e pela vida das mulheres —, e é justamente por isso que precisamos alcançar maior efetividade nas ações. Hoje, ao observarmos campanhas do Governo Federal de enfrentamento à violência contra a mulher, eu, particularmente, fico envaidecida, porque parece que, finalmente, estamos vendo o Governo se mobilizar junto conosco nessa rede de proteção; e é exatamente isso que precisamos: uma rede protetiva que, de fato, escute as mulheres e seja capaz de adotar as medidas necessárias para protegê-las. Muito obrigada.

DEPUTADA GLEICE JANE - PT (proponente) — Obrigada, Bartô. Convido agora a Karla Melo e, na sequência, a Ângela.

SENHORA KARLA MELO (Associação Elas Podem) — Boa tarde a todas e a todos. É um prazer imenso estar aqui, ao lado de tantas companheiras, militantes e mulheres com quem aprendo diariamente, com quem dialogo — e, muitas vezes, até discordo —, mas com quem construo reflexões sobre o que nos atravessa e sobre o que significa ser mulher na sociedade sul-mato-grossense e brasileira. São muitos os pontos que poderíamos abordar, mas eu gostaria de destacar alguns que, para mim, neste momento, são essenciais. Enquanto cientista social, tenho observado que nós, mulheres, temos construído um contramovimento silencioso. Fomos para a universidade, buscamos qualificação, ocupamos espaços de trabalho e passamos a disputar posições que historicamente nos foram negadas. Nada disso nos foi dado — tudo foi conquistado com muita luta, debate, diálogo e consciência coletiva —, e, além disso, também passamos a questionar padrões impostos, como a ideia de que precisamos estar em um relacionamento para sermos reconhecidas como pessoas dignas ou completas. Nesse processo, afirmamos que podemos ser profissionais competentes, mulheres livres e sujeitos de nossas próprias

trajetórias; no entanto, junto a esse avanço, surge também um contramovimento, que tenta nos impedir de ocupar esses espaços e de nos reconhecer enquanto mulheres com direitos. Esse contramovimento se manifesta ao negar nosso acesso à educação, ao mercado de trabalho, aos cargos de gestão e aos espaços de poder, inclusive os eletivos, pois há uma reação dos homens que se sentem ameaçados ou contrariados por esse avanço coletivo das mulheres. E o recado que tentam nos impor é claro: que devemos retornar ao lugar onde estávamos; porém, a nossa resposta também precisa ser firme — não vamos voltar, não aceitaremos ser inferiorizadas, não permitiremos que nossa dignidade seja violada, nem que nossas ideias e nosso reconhecimento sejam desvalorizados. Seguiremos avançando, mesmo que isso exija ainda mais luta e, infelizmente, ainda custe muitas vidas; esse movimento está apenas começando, e é fundamental que avancemos também no campo da educação e do diálogo, alcançando todas as mulheres — mulheres trans, mulheres negras, mulheres indígenas, mulheres com deficiência —, enfim, todas nós. Precisamos ampliar esse debate e levá-lo a todos os espaços possíveis, onde a gente — com toda a nossa ousadia — ousa estar. Vamos continuar levando esse diálogo, esse debate, a todas as mulheres. Esse é o primeiro ponto que eu gostaria de destacar. Além disso, quero agradecer imensamente à deputada pelo espaço e ressaltar o quanto é importante termos mandatos comprometidos, como o da deputada Gleice Jane, da deputada Lia Nogueira e da deputada Mara Caseiro, que estão nesta Casa representando, dialogando e construindo leis que são fundamentais e efetivas para as mulheres em diversos contextos. Por fim, trago um último ponto, de forma breve, sobre a Procuradoria da Mulher, que é um debate que temos construído há anos; inclusive, a deputada Mara Caseiro tem pautado essa discussão há mais de uma década, trazendo-a periodicamente para esta Assembleia, justamente para fortalecer esse espaço de diálogo com as gestões municipais e ampliar suas possibilidades de atuação. Nesse sentido, embora já tenhamos dialogado com diversos mandatos, sabemos que, muitas vezes, a misoginia e o machismo não se apresentam de forma explícita, mas se manifestam de maneira implícita, por meio de negativas, da minimização da importância do tema, de adiamentos e de outras manobras que acabam dificultando o avanço de pautas urgentes para nós. Assim, desejo que tenhamos sempre força e coragem, em todos os espaços que ocupamos — e que continuaremos ousando ocupar —, para falar, para resistir e para fazer com que nossa voz seja ouvida. Muito obrigada.

DEPUTADA GLEICE JANE - PT (proponente) — Obrigada, Carla. Feminismo para frente e machismo para trás, não é, Carla? Convido agora a Ângela e, na sequência, Cristiane Oliveira.

SENHORA ANGELA MONTEALVÃO (Cia. Barra da Saia) — Quero começar dizendo que me sinto muito representada por muitas das falas que ouvi aqui; no entanto, embora, pela minha profissão de atriz, eu tenha facilidade de me expressar, hoje não será tão simples, porque ainda é muito difícil se distanciar dessas situações e conseguir tratá-las de forma puramente técnica. Para iniciar, quero compartilhar um momento que vivi logo no começo desta Audiência: quando foi anunciada a temática, meu filho — que estava

literalmente ali, na barra da minha saia, como diz o nome do meu bloco — me disse: “mamãe, pode ficar tranquila, porque eu te protejo”. E isso dialoga diretamente com a fala da companheira Débora, que trouxe aquela carta, pois evidencia o quanto a violência contra a mulher é cruel, covarde e não atinge apenas a vítima direta, mas toda a sociedade, por isso, é um problema coletivo e deve ser tratado com a devida seriedade por todas as pessoas. Além disso, precisamos reconhecer que enfrentamos desafios múltiplos — históricos e estruturais —, e que, mesmo quando uma mulher consegue romper o silêncio, superar a vergonha, a humilhação e o sentimento de fracasso, reconhecer a violência que sofre, denunciar e obter uma medida protetiva, ela ainda acaba sendo revitimizada. Isso porque, muitas vezes, quem é penalizado não é o agressor, mas a própria mulher; e, quando seu relato é descredibilizado, quando sua coragem é colocada em dúvida e até mesmo a medida protetiva é questionada, não se atinge apenas essa mulher, mas também todo o sistema que sustenta essa proteção. Inclusive, aproveito para agradecer pessoalmente ao doutor Izonildo, por ter assinado a sentença que garantiu a efetividade da medida protetiva contra o meu agressor. Muito obrigada. E é importante dizer que, quando uma mulher é descredibilizada, não é apenas ela que perde credibilidade, mas também o trabalho das instituições e toda a construção histórica que resultou na Lei Maria da Penha e nas medidas protetivas. Por isso, esta Audiência Pública — que dialoga com o projeto de lei apresentado pela deputada Gleice Jane, o PL nº 001/2026, conhecido como Lei Ampara, também apelidado de “Protocolo Saia”, porque, como disse a companheira anteriormente, quem deve sair é o agressor, porque já basta que a mulher esteja em situação de violência e enfrente inúmeros desafios apenas por ser mulher e por viver essa realidade. No entanto, ainda não há um amparo adequado para as situações em que vítima e agressor precisam dividir o mesmo espaço, seja no ambiente de trabalho ou de lazer; e, aqui, faço um recorte específico para o ambiente profissional, porque sabemos que o trabalho também é um meio fundamental de empoderamento da mulher, afinal, é dele que vem a renda necessária para a própria sobrevivência e para o sustento dos filhos. Mesmo assim, não existe uma proteção efetiva que assegure que, nesses casos, seja o agressor quem se afaste; na prática, o que ocorre é o contrário: é a mulher que, muitas vezes, não consegue suportar a convivência diante da violência sofrida e acaba sendo forçada a sair. É ela quem pede afastamento, quem abandona a universidade, quem, dentro de uma empresa, solicita transferência — muitas vezes para setores isolados, como um almoxarifado —, ficando escondida daquele homem que, em diversas situações, ocupa posições superiores, reflexo do machismo estrutural ainda presente. Diante disso, esse protocolo, esse projeto de lei, é urgente; por isso, pedimos o apoio e a mobilização de todos para que ele tramite nesta Casa com a maior celeridade possível e se torne uma referência. Que seja um projeto que não sirva apenas para Mato Grosso do Sul, mas que possa inspirar todo o Brasil; e seria muito importante que nosso estado, que infelizmente figura entre os que lideram os índices de violência contra a mulher, pudesse também liderar esse avanço. Que possamos puxar esse movimento e servir de exemplo não apenas para as mulheres sul-mato-grossenses, mas para todas as mulheres. Muito obrigada e parabéns, deputada, pela proposição do projeto. Estamos juntas.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA “VIVAS E SEGURAS”
REALIZADA EM 24/03/2026**

DEPUTADA GLEICE JANE - PT (proponente) — Obrigada, Ângela. Quero apenas acrescentar que esse projeto, conhecido como “Ampara”, também tem sido chamado de “Elas ficam, eles saem” e vem sendo debatido por parlamentares de vários estados. Inclusive, participamos de articulações nacionais em que, muitas vezes, protocolamos projetos semelhantes em diferentes Assembleias, e esse, em especial, tem sido estudado e organizado pelo Instituto E Se Fosse Você, da ex-deputada federal Manuela D’Ávila, sendo muito bem recebido em diversos espaços. O nosso mandato acolhe essas políticas, portanto quero parabenizar todas as mulheres que contribuíram com a construção desse projeto junto à nossa equipe — inclusive durante o período de férias, quando se dedicaram intensamente ao estudo e à elaboração da proposta. Trata-se, portanto, de um projeto muito importante. Convido agora Cristiane Oliveira e, na sequência, Kensy Palácio.

SENHORA CRISTIANE OLIVEIRA (Movimento Negro Unificado) — Obrigada, deputada. Vou seguir nessa mesma linha, trazendo um breve resgate histórico — um recorte do tempo presente — para lembrar o momento em que nós, mulheres, começamos a dialogar e construir sugestões para contribuir com esse projeto de lei. Nas primeiras reuniões da Secretaria de Mulheres do Partido dos Trabalhadores e das Trabalhadoras, uma situação me causou grande incômodo: a sequência de relatos de mulheres que vivenciaram situações de violência política de gênero. Inicialmente, uma companheira relatou que sofreu violência dentro do próprio partido — desde situações como colocarem chiclete em seu cabelo até o desligamento de microfone, além de episódios de assédio, entre outras situações que não entrarei em detalhes; no entanto, ao ouvir esses relatos, percebemos que não se tratava de um caso isolado, mas de algo recorrente, vivido por várias mulheres. E, quando isso acontece com parlamentares eleitas e também com dirigentes dentro dessas instâncias, compreendemos que não se trata de uma violência individual, mas de uma violência coletiva e sistêmica, que está enraizada nesses espaços. Além disso, é importante observar quem são essas mulheres: são mulheres da linha de frente, mulheres de coragem, deputada, que se posicionam, que falam, que levantam a voz, que marcam presença e que trazem axé — e, ainda assim, são obrigadas a conviver com seus agressores dentro desses mesmos ambientes. Diante disso, como podemos nos sentir seguras para fazer política, para pensar, refletir e contribuir com projetos de lei, se estamos dividindo esses espaços com aqueles que nos violentam? Nesse contexto, essas mulheres acabam ficando fragilizadas emocionalmente e, ao mesmo tempo, precisam lidar com toda a burocracia de acesso às leis; e, embora seja fundamental reconhecermos os avanços — como a Lei Maria da Penha e as medidas protetivas —, ainda assim elas continuam enfrentando essas violências dentro dos próprios espaços políticos. Refletindo sobre essas questões, inclusive nas reuniões e durante o período de férias, tive contato com diversas experiências — enquanto militante do Movimento Negro Unificado, no grupo de trabalho Akilombar aqui da cidade — na 5ª Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Conapir). Um dos eixos centrais dessa conferência foi o tema da reparação, compreendida como um conjunto de medidas voltadas a corrigir ações e consequências históricas, especialmente aquelas decorrentes da escravidão e do colonialismo no Brasil. Nesse sentido, passei a pensar também nas consequências: a violência está acontecendo, esses



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA “VIVAS E SEGURAS”
REALIZADA EM 24/03/2026**

homens permanecem nesses espaços — e o que acontece com eles? Foi nesse contexto que conheci o chamado Protocolo Dandara, criado pela União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes), que leva o nome de Dandara, primeira diretora trans da entidade, falecida em 2024, e que teve uma trajetória de luta muito forte no Maranhão. Esse protocolo trata da garantia de direitos dos estudantes dentro do ambiente escolar, propondo o envolvimento de todos os atores — a escola, seus agentes, as organizações e a própria sociedade — na construção de um ambiente seguro. A partir dessas reflexões, consegui contribuir com outras colegas na construção de uma proposta semelhante, e isso dialoga diretamente com o que a Ângela trouxe: se essas mulheres estão inseridas em determinados espaços, como uma empresa, por exemplo, é fundamental que essas instituições também se responsabilizem por garantir a segurança e a permanência dessas mulheres, sem que elas sejam obrigadas, novamente, a sair ou a se afastar. Portanto, para além das políticas públicas já existentes, acredito que, a partir das nossas histórias e experiências — que não são individuais, mas coletivas —, podemos avançar nessa construção. Não trago soluções, mas compartilho sugestões e memórias. É isso. Muito obrigada.

DEPUTADA GLEICE JANE - PT (proponente) — Muito obrigada, Cristiane. Convido agora Kensy Palácio e, na sequência, Priscila da Luz.

SENHORA KENSY PALÁCIO (Associação das Travestis e Transexuais de Mato Grosso do Sul) — Boa tarde a todas, todos e "todes" aqui presentes. Primeiramente, deputada, é incrível — e também muito simbólico — estar aqui e ver pessoas como eu ocupando esse espaço, algo que, há vinte anos, sequer seria possível imaginar, não é, Mikaella? Diante de tudo o que foi dito aqui, percebo que todas essas falas e experiências nos atravessam, direta ou indiretamente, enquanto seres humanos; e, por isso, não podemos nos limitar a uma visão reduzida baseada apenas em biologia ou em órgãos genitais, porque ser mulher vai muito além disso — é algo que se constrói diariamente. Nós nos construímos no cuidado, na luta, na política, na saúde — e eu mesma sou profissional da saúde, instrumentadora cirúrgica —, e posso afirmar que já contribuí para trazer muitos sul-mato-grossenses ao mundo; além disso, temos médicas, profissionais em diversas áreas, e fazemos parte ativa da sociedade. Faço aqui um recorte específico para a comunidade LGBTQIAPN+, porque esse é o papel que me cabe neste espaço: dar voz não apenas à comunidade como um todo, mas, especialmente, às mulheres dessa comunidade — mulheres trans, mulheres bissexuais, mulheres lésbicas —, pois, muitas vezes, até mesmo dentro da nossa luta, acabamos deixando companheiras para trás. No entanto, estamos falando de mulheres, de mulheridade, e isso também se constrói, se aprende — eu aprendo com vocês todos os dias, dona Gilda —, e acredito que esses espaços existem não apenas para dar visibilidade, mas também para que a sociedade compreenda que não podemos ser reduzidas a estatísticas ou a números. É importante ocuparmos as universidades, buscarmos conhecimento científico e, ao mesmo tempo, entendermos a realidade da base, do cotidiano, das vivências — como o promotor mencionou —, que já fazem parte da nossa história. Só que, muitas vezes, eu vejo que, na minha comunidade,

muitas mulheres trans não têm família — ou melhor, não têm o reconhecimento de suas famílias —, e, ainda assim, seguem construindo o futuro. Muitas dessas mulheres são agredidas dentro de casa, inclusive por seus companheiros — porque, sim, nós temos companheiros, dona Gilda; nós temos família, somos parte desse núcleo social —, mas, apesar disso, não somos reconhecidas como tal. Por isso, seguimos construindo nossos caminhos e, com muito orgulho e honra, uso este microfone para afirmar que estamos todas unidas em um único propósito: permanecer vivas. Somos mulheres, continuaremos sendo mulheres, e é assim que precisamos ser reconhecidas — seja como mulher trans, mulher travesti ou mulher cisgênero —, porque, no fim, somos todas mulheres e queremos ser respeitadas como tal. Muito obrigada.

DEPUTADA GLEICE JANE - PT (proponente) — Muito obrigada, Kensy. Essa é uma pauta necessária e urgente, e precisamos, cada vez mais, falar sobre ela. Recentemente, por exemplo, fiquei chocada com a aprovação de uma lei em Londrina que proibia pessoas LGBTQIAPN+, pessoas trans e cis, de praticarem esportes; isso demonstra o quanto o preconceito ainda é cheio de idiotices, alimentado pela desinformação e pela falta de compreensão sobre a existência e os direitos das pessoas. Da mesma forma, o debate em torno da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher na Câmara, que envolve a deputada Erika Hilton, também nos trouxe preocupação, porque, enquanto comissões ocupadas por homens não geram tanto incômodo, aquelas ocupadas por mulheres trans são alvo de questionamentos — sendo que são, sim, mulheres, e a comissão é destinada às mulheres cis ou trans. Diante disso, precisamos enfrentar esse debate, naturalizar essa discussão e avançar no respeito a todas as pessoas. Antes de passar a palavra à Priscila, quero registrar a presença de Maria Rosana, chefe de gabinete da vereadora Luiza Ribeiro, uma mulher feminista que já contribuiu muito para a construção de políticas públicas no estado e é uma referência para nós; também cumprimento Madalena Pereira, presidente da UBM, que já está inscrita para falar; e, na sequência, após a Priscila, teremos a professora Celi Corrêa, presidente do Conselho Estadual de Educação.

SENHORA PRISCILA DA LUZ (Unegro) — Boa tarde a todas e a todos. Estou aqui representando a Unegro, como presidente municipal da Rede Sustentabilidade, além de integrar a comissão das mães atípicas — também sou mãe atípica. Ao falar sobre medida protetiva, preciso dizer que esse é um tema muito delicado para mim, porque perdi duas mulheres da minha família que tinham medidas protetivas no bolso; então, para mim, não é fácil abordar esse assunto, mas, ainda assim, é necessário. A medida protetiva, por si só, não impede um agressor — ela não segura uma bala, não impede um soco —, embora funcione em muitos casos. Antes de vir aqui, pesquisei bastante, mas, sempre que falo sobre feminicídio, eu me emociono, porque lembro dessas perdas. Peço desculpas, mas é impossível não se abalar ao tratar desse tema. Hoje, foram mencionados mais de seis mil pedidos de socorro — seis mil mulheres pedindo ajuda —, e isso é um número extremamente alto; além disso, quando observamos que cerca de 68% dessas vítimas são pessoas negras, a dor se intensifica ainda mais. Para nós, mulheres negras, muitas vezes parece que as políticas públicas não nos alcançam, como se fôssemos invisíveis; é como

se as leis fossem criadas, mas não chegassem até nós. E, diante disso, fica a pergunta: até quando isso vai acontecer? Por quê? Nós buscamos ajuda, ligamos, vamos até os órgãos, fazemos tudo o que está ao nosso alcance; ainda assim, somos as mais questionadas e, muitas vezes, aquelas que morrem mesmo tendo uma medida protetiva no bolso — e isso nos leva a perguntar: por quê? E há ainda outras questões: quando se trata de uma mãe atípica, por exemplo, como agir diante de uma ameaça? Como fugir do agressor? Como garantir socorro? O Estado não oferece socorro de forma adequada. E, diante disso, surge outro dilema: como deixar um filho para trás? Os abrigos existentes têm estrutura e acessibilidade para acolher nossos filhos? No meu caso, por exemplo, minha filha tem epilepsia, TEA e é asmática; e — embora eu não precise, graças a Deus — se eu precisasse, será que encontraria acolhimento adequado? Haveria tratamento de saúde para minha filha? Então, para que me serviria a medida protetiva? Eu estaria condenada à morte. Eu teria que escolher entre o soco do meu agressor e a saúde da minha filha. É isso que eu tinha para dizer. Boa tarde.

DEPUTADA GLEICE JANE - PT (proponente) — Só isso?!... Celi, vamos respirar. Convido agora Celi e, na sequência, Ana José.

SENHORA CELI CORRÊA NERES (presidente do Conselho Estadual de Educação - CEE/MS) — É difícil falar depois de tantas falas fortes, e, em alguns momentos, precisamos segurar o choro para conseguir continuar. Falo aqui em nome do Conselho Estadual de Educação e, antes de tudo, quero dizer que o nosso maior sonho deveria ser viver em uma sociedade na qual não fosse necessário realizar uma audiência pública para discutir se mulheres vão viver ou morrer. E, para mim, tudo isso passa pela educação — pela formação das nossas crianças e dos nossos jovens —, que é uma questão urgente. Nesse sentido, o conselho está com uma comissão em funcionamento para elaborar uma norma que torne obrigatória a inclusão dessa temática em todo o sistema estadual de ensino de Mato Grosso do Sul, porque esse conteúdo não pode continuar sendo tratado como complementar; ele precisa ser central na formação das nossas crianças e jovens. Inclusive, conversando com a professora Bartolina — com quem compartilho essa luta há muitos anos na educação —, fiz uma reflexão: basta olharmos ao nosso redor para perceber que, embora muitos aqui estejam há décadas nessa caminhada, a juventude ainda não está devidamente envolvida nesse debate, e isso é extremamente preocupante. Por outro lado, também reconheço que avançamos muito, especialmente graças à força dos movimentos sociais; por isso, quero parabenizar a deputada pela realização desta Audiência. E compartilho aqui algo pessoal: ao ouvir a fala da Mikaella, lembrei do meu filho, que é gay, e preciso dizer que todas as noites eu durmo rezando, com medo de que algo aconteça com ele. Não podemos mais aceitar viver em uma sociedade assim. Muito obrigada.

DEPUTADA GLEICE JANE – PT (proponente) — Obrigada, Celi. Convido agora Ana José e, na sequência, Suzie.

SENHORA ANA JOSÉ ALVES (Coletivo Mulheres Negras/MS) — Axé a todas as pessoas presentes. Eu vou ficar aqui ao lado da minha parente. Nenhuma mulher a menos. Vivas e Seguras! A gente até precisa respirar para conseguir falar. Primeiramente, quero agradecer. É uma honra estar aqui, deputada, promotor, e todas as pessoas presentes. Eu havia preparado várias anotações, mas entendo que o principal ponto que precisamos debater diz respeito a nós, mulheres negras, mulheres com deficiência, mulheres trans — enfim, todas nós —, porque a violência não é algo isolado. Para nós, mulheres negras, indígenas, PCD, a violência nos atravessa de forma constante; ela perpassa nossos corpos, nossa fala, nossa identidade, nossa “cara preta”, atingindo-nos em todas as dimensões. Muitas vezes, ouvimos discursos que tentam invisibilizar essa realidade, como se não fosse algo estrutural, mas a verdade é que nós, mulheres negras, estamos na base dessa pirâmide. E, quando falamos dessa base, estamos falando do filho, da família, da comunidade, dos coletivos de mulheres negras — de toda uma rede que sustenta a sociedade. Quero, inclusive, agradecer à Cleusa, porque eu disse: “Eu vou a essa audiência. Vou participar!” Todos os dias, estamos enfrentando violências; ora ouvindo ataques, ora vendo representantes do povo utilizarem a nossa cara preta — a nossa identidade — para questionar até mesmo a nossa condição de mulheres, o que é revoltante e inaceitável. E, quando saímos das nossas lutas cotidianas, dos assédios — que também ferem e matam —, seguimos afirmando que nossas vidas importam. Ainda que seja difícil, precisamos levantar todos os dias e, como disse a companheira: “sacudir a peruca, o turbante e o cabelo pixaim e continuar lutando”, porque esse é o nosso cabelo, nossa cara, nossa pele; as nossas lutas são essas. Para concluir, quero trazer um dado: segundo estudos, entre 2021 e 2025, cento e oitenta e uma mulheres foram vítimas de feminicídio; e, embora muitos tratem isso apenas como estatística — algo necessário, sim —, é fundamental olhar para quem está por trás desses números. E quem são essas mulheres? Somos nós: mulheres negras, indígenas, PCD, ribeirinhas — aquelas que estão na base da pirâmide, enfrentando diariamente discriminação, racismo e violência. Por isso, é fundamental que existam ações permanentes nas políticas públicas, especialmente nas áreas da educação e da saúde, porque sabemos quantas mulheres chegam a esses espaços e acabam sendo invisibilizadas. E essa invisibilidade não é casual — ela está diretamente relacionada à discriminação e atravessa tanto o campo institucional quanto o estrutural, ou seja, está presente nas entranhas de todas as estruturas sociais. Diante disso, precisamos de mais ações, mais conscientização e um compromisso contínuo com a transformação dessa realidade. Sinceramente, chega um momento em que nos faltam até palavras para expressar tudo isso. Mas, ainda assim, quero encerrar dizendo: nós ainda estamos aqui.

DEPUTADA GLEICE JANE - PT (proponente) — E vamos permanecer. Convido agora Suzie Guarani e, na sequência, dona Gilda.

SENHORA SUZIE GUARANI (Kunhague) — Boa tarde a todas as companheiras e a todos que estão aqui presentes. Cumprimento minhas companheiras de longas lutas, Estela e dona Gilda, e agradeço o convite feito pela deputada e sua assessoria,

estendendo meus cumprimentos a toda a Mesa. Eu sou Suzie Guarani e gostaria de compartilhar um pouco da minha história. Meu trabalho no enfrentamento à violência contra mulheres indígenas começou muito cedo. Lembro-me de participar, com a dona Gilda, das caminhadas no centro de Campo Grande, em direção à primeira Coordenadoria da Mulher de Mato Grosso do Sul. Naquela época, minha mãe — a saudosa Marta Guarani — ia até lá para relatar o quanto as mulheres indígenas sofriam. O que ninguém sabia naquelas conversas é que uma dessas mulheres era eu, a própria filha dela. Vivi anos de muita violência no meu casamento. Naquele tempo, não tínhamos suporte nenhum; eu chegava a procurar conhecidos na delegacia da Moreninha — o Ivo e o pessoal do Calixto —, quando apanhava muito, mas a resposta era sempre a mesma: "Suzie, não temos o que fazer. Em briga de marido e mulher, ninguém mete a colher." Eu pedia para voltar para a casa da minha mãe, mas não era possível. Éramos muitos, a casa na favela era pequena e eu já tinha meus filhos. Diante dessa realidade, fomos para os movimentos sociais. Construimos nossa base de luta ali, e foi um processo lindo e necessário. Ao longo dos anos, atuei intensamente nas comunidades. Hoje faço parte do Coletivo de Mulheres Indígenas Kaguataka, de Campo Grande, mas naquela época eu integrava a Associação Kaguataka, fundada pela minha mãe, que unificava todas as nossas pautas. Em 2010, recebi um convite da Eliane e da Estela para participar de um projeto da ONU Mulheres: a primeira pesquisa sobre a violência contra mulheres indígenas em Mato Grosso do Sul. Nós já éramos parceiras em trabalhos voltados à infância, onde já havíamos detectado sinais dessa violência. No entanto, lembro-me de dizer à Estela em uma reunião: "Eu? Fazer pesquisa sobre violência contra mulheres dentro das aldeias? Não vou, não. Nas aldeias não existe violência. Tem na cidade". Muitas vezes, as mulheres indígenas se casam com homens brancos e acabam vivendo todo esse processo de violência dentro dessas relações. Ainda assim, eu aceitei participar daquela pesquisa — foi um pedido que veio, se não me engano, de uma ex-senadora do PT do Rio Grande do Sul — e, a partir disso, começamos a montar a equipe. Aceitei o desafio de montar a equipe. Comecei a pensar em como estruturar esse grupo de apoio e decidi convidar quem vivenciava o dia a dia das comunidades: professoras e agentes de saúde, que estão dentro das casas das famílias todos os dias. Também convidamos as esposas dos caciques, por estarem no centro da vida comunitária. Enfrentamos longas distâncias, terra, areia, fome, chuva e sol. Estávamos obstinadas a obter um diagnóstico real, mas o resultado foi o pior possível. Encontramos casos terríveis de feminicídio. Naquela época, não existia a Casa da Mulher Brasileira, nem os grupos organizados que temos hoje, e muito menos vozes de mulheres indígenas para denunciar. Homens matavam suas esposas com machetes de cortar cana; casos potencializados pelo álcool, pelas drogas e por um cenário de extrema pobreza, miséria e falta de afeto. Foi uma experiência horrível, dona Gilda. Mas nós fizemos. Nós encaramos. Descobrimos abusos sexuais contra crianças, contra meninos, ocorrendo dentro das escolas e nos trajetos de ida e volta. Trabalhei com o professor Osvaldo na pesquisa sobre a infância, e o que vimos foi devastador. Durante a coleta de dados, enfrentamos uma barreira difícil: as esposas dos caciques pararam de ir às reuniões. O medo as impedia, pois descobrimos que muitos daqueles líderes eram os próprios agressores de suas mulheres, filhas e famílias. Eles diziam: "Lá vem a Suzie, a chata, querer 'letrar' essas mulheres." Mas eu não tinha medo.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA “VIVAS E SEGURAS”
REALIZADA EM 24/03/2026**

Eles acabavam me aceitando porque sabiam que eu sou filha de Marta Guarani e sobrinha de Marçal de Souza. Foi graças aos meus ancestrais e à minha mãe que consegui levar essa pesquisa adiante. Para que aquelas mulheres tivessem coragem de falar, eu precisei me expor primeiro: mostrei a elas as minhas próprias cicatrizes. Só então, elas começaram a falar. Hoje, deputada, muita coisa ainda falta. Embora eu não realize mais esse trabalho direto nas aldeias, meu telefone não para de tocar. Recentemente, atendi o caso de uma criança de dez anos, grávida do padrasto. A violência nas aldeias urbanas é onipresente. Podemos não ter todos os dados oficiais, mas a realidade nos mostra uma violência brutal e constante contra nossas meninas, jovens, meninos e mulheres. A partir dessa pesquisa, inclusive, surgiu a Casa da Mulher Brasileira; além disso, dentro do Aty Guasu, criamos o primeiro Kuñangue Aty Guasu, em 2012. No entanto, acabei sendo afastada das lideranças do Aty Guasu, justamente porque levava informação às mulheres; e, naquele mesmo período, também participamos da construção da Lei Maria da Penha. Diante disso, eu pergunto: o que ainda falta, deputada? A Casa da Mulher Brasileira em Dourados está pronta há quanto tempo? Já existe estrutura, já está tudo preparado, mas, até hoje, não foi efetivamente implementada para que as mulheres indígenas possam denunciar, falar e receber atendimento adequado. E não é apenas em Dourados; aqui em Campo Grande também enfrentamos dificuldades, porque ainda faltam dados, participação efetiva das mulheres e um acolhimento adequado. Ou seja, mesmo tendo sido protagonistas na coleta de dados em nível nacional, acabamos ficando para trás em termos de políticas públicas e estrutura. Muito obrigada.

DEPUTADA GLEICE JANE - PT (proponente) — Obrigada, Suzie. Convido agora a dona Gilda e, na sequência, a Estela.

SENHORA GILDA MARIA DOS SANTOS — Boa tarde, companheiras e companheiros. Quero cumprimentar, de forma especial, a nossa querida e expoente deputada Gleice Jane, pela coragem e determinação, e também todos os demais integrantes da Mesa. Estou profundamente emocionada e, ao mesmo tempo, muito feliz — como mulher, como brasileira e como militante de um partido que tem, entre suas principais pautas, a construção de políticas públicas para as mulheres. Senti muito orgulho ao ouvir a fala da deputada, do promotor, da defensora pública e também da Mikaella, representando o Governo; e tudo isso me remeteu ao ano de 1999. Vocês não têm ideia do quanto nós sofremos naquele período; aqui estão presentes várias militantes que ajudaram a construir o momento que hoje estamos vivendo — com avanços importantes nas políticas públicas —, como Estela Scandola, Maria Rosana, Atiliana, Eloísa, Ana José e tantas outras. Inclusive, ao segurar a mão da Ana José agora há pouco, pensei: há quanto tempo estamos nessa luta? Naquele início, quando tentávamos pautar a palavra “mulher” dentro da gestão pública, ela simplesmente não existia no estado; Mato Grosso do Sul, marcado por um cognome “boi/soja”, não incluía as mulheres na gestão pública, e fomos nós que tivemos a coragem de trazer essa pauta. Fernanda, você também teve um papel importante nessa militância, especialmente na discussão do orçamento voltado às políticas públicas para as mulheres; e lembro bem que fomos atrás de dados — não é, Estela? —, porque sequer

existiam informações sobre o perfil da mulher sul-mato-grossense. Não havia dados sobre mulheres indígenas, negras, ribeirinhas, prostitutas ou profissionais do sexo; simplesmente não existia esse levantamento. Foi então que realizamos um estudo profundo sobre o perfil das mulheres no estado e, a partir disso, implantamos a primeira Coordenadoria de Políticas Públicas para as Mulheres. E eu digo isso com muito orgulho — e até me arrepio ao lembrar —, porque aquela semente plantada em 1999 é o que hoje vemos florescer. Ainda assim, seguimos na luta, porque há muito a avançar; e, sobretudo, precisamos garantir que as mulheres participem cada vez mais da disputa política, que debatam política. Que sociedade nós queremos construir? Não podemos parar, nem deixar de nos indignar quando ligamos a televisão e vemos uma mulher sendo agredida dentro de um elevador, dentro de uma farmácia, ou até morta a machadadas. Então, que sociedade é essa que estamos construindo? Por isso, neste momento, quero te parabenizar, Gleice, porque você me representa; e digo mais: precisamos de mais mulheres como você, com coragem para pautar e enfrentar esses debates, pois só vamos mudar essa realidade quando tivermos, pelo menos, 51% das cadeiras ocupadas por mulheres. Além disso, é fundamental que avancemos na criação de uma secretaria estadual com orçamento próprio, para que possamos fortalecer, de fato, as políticas públicas; e precisamos também de homens comprometidos com essa causa — e eu me emocionei com a fala do promotor, porque precisamos de mais homens sensíveis, dispostos a caminhar conosco. Esse é, inclusive, o sonho do presidente Lula quando diz “todos por todas”. Por fim, quero deixar um recado às mulheres: não vamos desanimar; precisamos seguir firmes para garantir que mais mulheres estejam vivas, felizes e possam viver com dignidade neste estado tão bonito e pujante, podendo dizer que vale a pena ser brasileira. Muito obrigada.

DEPUTADA GLEICE JANE - PT (proponente) — Obrigada, dona Gilda. Quero dizer que sou profundamente grata e que me sinto filha de dona Gilda, de Maria Rosana e de tantas outras mulheres que iniciaram essa luta; também me sinto irmã de Fernanda Teixeira, com quem compartilhei essa trajetória desde a universidade. Ao mesmo tempo, carrego um grande senso de responsabilidade, porque não é fácil dar sequência a uma luta construída por tantas mulheres; e, por isso, reafirmo que este mandato não é meu — ele é nosso. Convido agora Estela e, na sequência, Atiliana.

SENHORA ESTELA MÁRCIA RONDINA SCANDOLA (Rede Feminista de Saúde) — Boa tarde a todas as pessoas presentes. Eu sou Estela Scandola. Quero começar parafraseando a Carminha: “combinaram de nos matar, e nós combinamos de ficar vivas”; mas, mais do que isso, combinamos também de fazer furdunço — e não adianta, porque vamos continuar fazendo, vamos continuar falando e vamos continuar ocupando todos os espaços possíveis para dialogar. Dito isso, quero dizer que me emociono profundamente com todas as histórias que ouvimos aqui; e, atualmente, tenho me dedicado a uma nova tarefa: não deixar que essas histórias sejam esquecidas. Sou autora de um blog chamado “Vida Mulherida” e, nesta semana, escrevi sobre duas histórias — não vou detalhá-las aqui —, e convido todos a conhecerem: uma sobre meninas exauridas no trabalho sexual da cana-de-açúcar e outra sobre meninas “espiritadas” de Ribas do Rio Pardo. E, embora eu

pudesse falar sobre inúmeras outras realidades — como as mulheres de Inocência, de Ribas do Rio Pardo, de Porto Murtinho, as imigrantes que caminham quilômetros, as mulheres indígenas que não têm transporte para denunciar, ou as meninas que têm medo de ir à escola —, escolho, neste momento, não me deter nesses relatos. Isso porque decidi trazer propostas. Desde que recebi o convite, Gleice, me preparei para esta Audiência: dialoguei com diversas pessoas em nível nacional, consultei especialistas e reuni contribuições, inclusive já organizadas por escrito. Eu estava combinando com a Débora que ela falaria das meninas, para eu não precisar falar, e que em todas as leis a gente falasse de meninas, ou seja, nunca falar de mulheres sem falar das meninas. Aprendemos muito com a Lupa Feminista, Gleice. Seria importante trazer o pessoal da Lupa Feminista do Rio Grande do Sul para compartilhar conosco como realizar investigações de feminicídio envolvendo crianças. Além disso, quero trazer uma segunda questão, que é bastante delicada: a violência no ambiente de trabalho. Hoje, infelizmente, vemos que muitos casos ocorrem justamente em espaços públicos, o que é extremamente preocupante. E é triste perceber que instituições que deveriam proteger — como a polícia —, muitas vezes, acabam reproduzindo práticas de violência; afinal, o lema não é “servir e proteger”? Então, como explicar tantas situações de abuso? Diante disso, quando uma mulher ou uma menina sofre qualquer tipo de violência no ambiente de trabalho — inclusive adolescentes em programas como o Instituto Mirim, a Seleta ou outras organizações —, é fundamental que a instituição seja responsabilizada. Não é admissível que, diante de um caso de assédio em órgão público, a solução seja retirar a vítima do local, enquanto o agressor permanece; essa lógica precisa ser invertida. Se uma policial sofre violência, por exemplo, o batalhão inteiro precisa parar, refletir e agir; não é possível tratar essas situações como casos isolados. E quero lembrar que, há dez anos, estive aqui nesta mesma sala defendendo que precisávamos dialogar com os homens — e, naquele momento, fui quase vaiada; felizmente, hoje esse entendimento avançou, porque não há mais como enfrentar a violência sem incluir os homens nesse debate. Nesse sentido, precisamos retomar iniciativas importantes, como a legislação sobre assédio sexual criada no governo Zeca, que tratava da responsabilidade das instituições; ou seja, quando ocorre violência em um ambiente de trabalho, não basta apenas punir o indivíduo — é necessário que toda a instituição assuma responsabilidade e adote medidas concretas. Já não se pode tolerar o racismo e a violência de gênero dentro das instituições. No Ministério Público, por exemplo, não basta transferir um agressor para o serviço burocrático; é preciso interromper as atividades e garantir a devida responsabilização. Da mesma forma, é inadmissível que um delegado violador receba férias como resposta a um crime. Temos que ter responsabilidade institucional. A gente precisa de uma lei muito forte sobre isso, que diga: “todo gestor de política pública é responsável por tudo que acontece no ambiente de trabalho”; tem que ser responsabilizado. A terceira coisa, Gleice, é que eu fiquei ouvindo as pessoas. Primeiro, é preciso que a Assembleia Legislativa tenha um código de ética interno para os seus trabalhadores, e que isso seja considerado, inclusive na contratação de cargos comissionados e assessores. Não pode a Assembleia Legislativa, Casa de Leis, ter mulheres vítimas de violação de direito sexual, de importunação ou de assédio. É preciso que a Assembleia Legislativa cuide de suas mulheres que trabalham aqui — é disso que estamos falando —, inclusive as terceirizadas

da limpeza, porque o pessoal esquece delas. É preciso que haja uma articulação, Gleice, e você tem a capacidade de fazer isso com todas as mulheres legisladoras de Mato Grosso do Sul. Nós temos duas senadoras, uma deputada federal e três deputadas estaduais. Quantas vereadoras nós temos? Não, gente, Mato Grosso do Sul já conta com mais de cem vereadoras. Precisamos fazer esse movimento para dentro de todos os espaços legislativos, fortalecendo a articulação entre todas as mulheres que ocupam esses cargos. Além disso, há outra pauta essencial que venho defendendo há mais de vinte anos e que precisa avançar: a criação de um relator autônomo que, anualmente, produza um relatório sobre a situação dos direitos humanos em Mato Grosso do Sul. A Assembleia Legislativa precisa instituir esse relatório anual, porque não é possível que o estado ainda não tenha um documento sistemático que apresente como estão os direitos humanos — e, nesse processo, poderíamos iniciar com um relatório específico sobre os direitos das mulheres, incluindo, por exemplo, os direitos sexuais. Portanto, é necessário institucionalizar esse acompanhamento. E, para finalizar, quero registrar minha satisfação em ver a Erika Hilton na Comissão de Mulheres. Muito obrigada.

DEPUTADA GLEICE JANE – PT (proponente) — É minha alegria também. Foi muito lindo ver a Erika Hilton naquele espaço. Agora, convido Atiliana e, na sequência, a última inscrita, Madalena. Peço apenas que as falas sejam breves, porque havíamos previsto o encerramento às 17h, e já são 17h03. Estão me aguardando no gabinete. Então você pode entregar a tese da Estela e tudo que você tem de memória, porque a gente aceita esses trabalhos.

SENHORA ATILIANA (Movimento Sem-Terra) — Eu até preparei uma fala mais longa, quase uma tese, mas vou tentar sintetizar. Primeiramente, agradeço pela oportunidade de estar aqui; para mim, este é um momento importante, pois marca meu retorno a este espaço como militante do Movimento Sem Terra. Recebi a tarefa de representar o estado e trazer a realidade das mulheres do campo, das águas e das florestas; e, antes de tudo, quero me apresentar: sou Atiliana, indígena da nação Terena, e já tive a oportunidade de atuar junto com dona Marta, com a Suzie e com tantas outras companheiras nessa caminhada. E é nesse lugar de fala que trago a representação de muitas mulheres: falo em nome de cinquenta e três mil famílias assentadas no estado, sendo treze mil organizadas pelo MST; falo também em nome de mais de vinte mil famílias acampadas, que vivem às margens das rodovias — das quais cerca de três mil são organizadas pelo MST. Portanto, estamos falando de um universo de milhares de famílias, muitas delas coordenadas por mulheres que, neste mês de março, estiveram nas ruas, levantando suas vozes pela reforma agrária popular, enfrentando violências, ocupando espaços e organizando suas comunidades. E fazemos isso porque não aceitamos mais esse modelo de sociedade marcado pela violência contra as mulheres — uma violência que se manifesta de diversas formas —, e que, em Mato Grosso do Sul, já resultou, neste ano, em números alarmantes de feminicídios. Diante disso, precisamos enfrentar essa realidade de forma coletiva; como já foi mencionado aqui, a coletividade é fundamental, e uma das formas mais eficazes de prevenção é o trabalho conjunto entre sociedade, Governo e

também as empresas, que precisam assumir sua responsabilidade nesse processo. Portanto, é urgente que construamos reformas; o Governo sozinho não vai fazer, o movimento de mulheres ou a sociedade, isoladamente, também não vão fazer; é preciso reconhecer que o enfrentamento à violência exige uma ação conjunta. Digo isso porque a violência não é um fenômeno isolado, mas está diretamente ligada ao modelo de sociedade que vem sendo construído. Nesse contexto, a violência contra as mulheres também se fortalece dentro de um sistema que prioriza o lucro, e não a vida. Por isso, não podemos atuar de forma fragmentada, como se fossem ações isoladas; existe, na verdade, uma guerra contra as mulheres em escala global, justamente porque elas sustentam práticas coletivas e cooperadas que fortalecem a vida — e não o lucro —, e é nesse sentido que o Movimento Sem Terra vem construindo sua atuação. Assim, trago aqui a visão das mulheres sem-terra: a reforma agrária popular não se resume à conquista de um pequeno pedaço de terra, mas representa um projeto de sociedade — e é esse projeto que está em disputa hoje, não apenas no Brasil, mas no mundo, não apenas em Campo Grande ou em Mato Grosso do Sul. Diante disso, precisamos refletir: qual é o projeto de vida que estamos construindo para as mulheres — seja no Governo Estadual, Municipal ou Federal? Para nós, a reforma agrária popular é exatamente esse projeto de vida, voltado para todos e todas, e que não se baseia no lucro. Nos últimos períodos, as mulheres sem-terra têm afirmado algo essencial: não há alimento saudável em relações violentas; e, nesse ponto, entra a agroecologia, que, para nós, não é apenas uma forma de plantio, mas uma maneira de viver, de conviver e de respeitar tudo o que está ao redor do nosso lote, da nossa casa e da nossa comunidade. Portanto, falar de alimentação saudável é, necessariamente, falar de viver sem violência. E quero deixar aqui uma reflexão importante, inclusive em nome das mulheres indígenas: imaginem o que significa sofrer violência estando a mais de cem quilômetros da cidade mais próxima. Como essas mulheres — indígenas, do campo — conseguem acessar ajuda? Muitas vezes, simplesmente não conseguem. Temos iniciativas como o Ônibus Lilás, que ainda existe, mas que não chega onde deveria; ele vai até o município mais próximo, quando, na verdade, precisa chegar aos assentamentos, às aldeias, aos acampamentos, aos territórios mais distantes — porque esse é o seu papel. Se ele não chega, essas mulheres continuam invisíveis, sem acesso, sem escuta. Por isso, precisamos cuidar dessa questão com urgência. E, para enfrentar a violência de forma efetiva, é necessário construir um caminho que articule geração de renda, condições de sobrevivência e fortalecimento das mulheres. Além disso, como foi dito, é fundamental ampliar a participação das mulheres na política. Mesmo que nem todas tenham esse projeto de vida, é preciso incentivar aquelas que têm vocação a ocuparem esses espaços, a disputarem as eleições e a contribuírem com esse processo de fortalecimento das mulheres na luta, na política, para que possamos, de fato, construir uma sociedade diferente para todos nós. É isso. Obrigada.

DEPUTADA GLEICE JANE – PT (proponente) — Muito obrigada, Atiliana. Para finalizar, passo a palavra à Madalena. Antes, eu gostaria apenas de confirmar com a desembargadora se ainda é possível aguardar sua fala.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA “VIVAS E SEGURAS”
REALIZADA EM 24/03/2026**

SENHORA SANDRA REGINA DA SILVA RIBEIRO ARTOLI
(desembargadora – TJ/MS) — Claro.

SENHORA MADALENA PEREIRA (presidente da União Brasileira de Mulheres - UBM) — Boa tarde a todas as pessoas presentes e à Mesa de autoridades. Que tarde, meu Deus! Quantas emoções, quantos choros e quantas reflexões! Foi, sem dúvida, um momento de grande aprendizado. Deputada, que não façamos essas audiências somente no mês de março, porque é impossível mensurar tudo o que foi construído aqui hoje. Em todos os espaços em que falo, reforço que só conseguiremos mudar essa realidade quando começarmos a trabalhar de baixo para cima. Em 2015, quando foi criada a Casa da Mulher Brasileira em Mato Grosso do Sul, o estado ocupava o terceiro lugar no ranking de violência no país; passados onze anos, infelizmente não avançamos o suficiente, pois seguimos oscilando entre as primeiras posições. Eu não tenho a fórmula pronta, mas tenho uma convicção: quando a professora Celi menciona a importância do tema no currículo, isso é, sim, um caminho — porém, não é o único. A escola sozinha não dá conta; falo isso com a experiência de quem atuou por vinte e oito anos na educação e hoje está aposentada. Fiz tudo o que estava ao meu alcance naquele período, mas sei que esse debate precisa alcançar toda a sociedade. É necessário que ele esteja presente nas igrejas, nas comunidades, nos bairros. Pastores, padres, lideranças comunitárias e familiares devem sobre respeito — que orientem filhos a respeitarem suas mães, irmãs e colegas. Esse movimento precisa se tornar uma grande onda de conscientização, envolvendo todos os espaços sociais, porque, somente assim, com uma transformação que venha de baixo para cima, conseguiremos mudar a realidade que está posta. Muito obrigada.

DEPUTADA GLEICE JANE - PT (proponente) — Obrigada, Madalena. E, já caminhando para o encerramento, peço desculpas, pois gostaríamos de abrir a fala para todas as pessoas, mas, em razão do tempo, não será possível. Agora, a Yasmin.

SENHORA YASMIN MOURA — Boa tarde. Meu nome é Yasmin Moura, sou de Paraíso das Águas, e quero agradecer pelo convite, especialmente à nossa querida Lorena; agradeço também à Mikaella e à Késie e quero cumprimentar também a Mesa de autoridades. Este momento é de grande importância para mim e, por isso, serei breve no que tenho a dizer. Eu sou de Paraíso das Águas, um município muito pequeno, e estou enfrentando dificuldades há cerca de um ano, desde que sofri um acidente; inclusive, a Lorena é quem me ajudou a estar aqui hoje para conversar e a ter essa oportunidade de fala, então deixo novamente meu agradecimento a ela — à Mikaella e à Késie também — que, inclusive, é coordenadora em Costa Rica. Peço desculpas, porque não tenho muita facilidade para falar, mas faço questão de ser ouvida, especialmente pela deputada, pela desembargadora e por todas as autoridades presentes, porque isso é extremamente importante para nós. Quero dizer a todos que não devemos sofrer negligência em nenhum espaço — seja dentro de casa, na rua, no mercado ou, principalmente, na saúde —, e falo isso também enquanto mulher trans, que vive em um município pequeno, com cerca de cinco mil habitantes, onde essa luta é constante. Recentemente, precisei realizar um exame

no valor de mil e duzentos reais, mas não tenho condições de pagar, pois estou sem trabalhar em razão do acidente; mesmo assim, precisei buscar ajuda, conversei com a Lorena, que me deu um grande apoio, e houve também uma intervenção, com advertência; tive auxílio da Mikaella, que estou conhecendo pessoalmente hoje, mas a quem já sou profundamente grata — inclusive ouvi um áudio que ela encaminhou para a Lorena, o que foi muito importante. Quero, inclusive, citar nomes, porque é necessário: o Éder, da coordenação de Paraíso das Águas; a Rosinei e alguns vereadores, como o Zé Divino. Também parabenizar o Donato Rezende e o Leonardo, vereadores do município que me prestaram assistência quando precisei. Ainda assim, estou sendo obrigada a sair da minha cidade, porque lá não há o tratamento de que preciso, já que existem apenas dois cirurgões no Brasil que fazem a cirurgia de que eu preciso. Eu quero, de coração mesmo, que vocês olhem com atenção para o município de Paraíso das Águas, que possam advertir os secretários e o prefeito, porque sabemos que há verbas destinadas justamente para atender pessoas que não têm condições de custear exames ou cirurgias — e, ainda assim, isso não está chegando a quem precisa. Além disso, preciso relatar que, ao solicitar transporte para realizar tratamento em São Paulo, tive esse direito negado; e falo isso com tranquilidade, porque estou dizendo ao vivo, sem qualquer necessidade de mentir. Amanhã terei uma reunião com a Vanessa, do Creas, que informou que irá me prestar algum suporte, inclusive com encaminhamento para [trecho incompreensível]; no entanto, é importante destacar que existem pessoas trans, mulheres negras, pessoas idosas, que precisam ser ouvidas — e, muitas vezes, não são. Eu não deveria precisar expor nomes ou situações aqui, porque isso poderia ser resolvido de forma simples; já trabalhei em prefeitura e sei que os processos podem demorar, mas, no meu caso, essa espera já dura um ano. Nesse período, estive com bolsa de colostomia, algo extremamente difícil para mim; sou uma pessoa vaidosa, e essa condição afetou profundamente minha autoestima, a ponto de eu ter tentado suicídio três vezes. Quando perdemos nossa dignidade dentro da sociedade, parece que tudo perde o sentido. Por isso, peço, por favor — deputada, desembargadora, Mikaella e todas as pessoas aqui —, que olhem com atenção para Paraíso das Águas, especialmente para a comunidade LGBTQIAPN+, porque há uma necessidade real de assistência. Eu moro lá há dez anos e, durante todo esse tempo, enfrento dificuldades para ter voz, seja pelo preconceito de cor, pela desigualdade social, por ser uma mulher trans ou por vir de uma família humilde. Ainda assim, não vou desistir; estou aqui, falando ao vivo, porque quero me fortalecer, me profissionalizar na área de urologia e me tornar uma grande profissional. E acredito que, ao falar hoje, também estou encorajando outras pessoas da minha cidade, que muitas vezes não têm coragem de vir até aqui, se expor e falar. Porque essa luta é por igualdade — independentemente de cor, de identidade ou de condição social. Infelizmente, essa realidade também se manifesta dentro da minha própria casa; minha mãe, por exemplo, ainda não me aceita, e recentemente tivemos um conflito por isso. Quero, inclusive, mandar um abraço ao meu irmão, Gabriel Lucas, que é advogado em Cuiabá. Ontem eu tive uma desavença com minha mãe, e ela disse que ficaria do lado da minha irmã por ela (minha irmã) ser uma mulher cis. E, mesmo diante de tudo isso, sigo firme. Tenho vinte anos; 1,72m de altura, sou parda e, apesar de não ter tanta facilidade para falar, agradeço profundamente por terem me escutado. Muito obrigada.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA “VIVAS E SEGURAS”
REALIZADA EM 24/03/2026**

DEPUTADA GLEICE JANE - PT (proponente) — Quero apenas orientar. A Fernanda é da nossa assessoria e está aqui para receber os contatos de vocês. Como não será possível abrir a fala para todas as pessoas, peço que enviem áudios, propostas e projetos, porque quero ouvi-las todas. Teremos apenas mais uma fala, da coordenadora de Costa Rica, para então encerrarmos. Nós quebramos os protocolos nas audiências públicas com mulheres, porque, como vocês perceberam, não cabem as nossas dores, as nossas lágrimas dentro dos protocolos. Mas a gente não vai conseguir ouvir tudo, infelizmente. Eu queria ficar aqui para ouvir tudo, mas eu preciso ir para Dourados. Quero ouvi-la.

SENHORA LORENA CARVALHO (coordenadora de Políticas de Inclusão - Costa Rica) — Eu sou Lorena Carvalho, coordenadora de Políticas de Inclusão, de Costa Rica, e quero destacar que, diante de tudo o que foi dito aqui, há um ponto essencial que muitas vezes é esquecido: a realidade do interior. Falamos sobre violência contra a mulher e assédio, mas pouco se aborda a violência que ocorre nos pequenos municípios, onde, muitas vezes, nem mesmo há representantes das secretarias da mulher ou da assistência social presentes. E é justamente nesses locais que a violência acontece com maior intensidade, muitas vezes pela ausência de uma rede de apoio estruturada. Nesses contextos, a mulher se vê sozinha, com filhos, sem condições de sair de uma situação de violência, seja por medo, por dependência financeira ou pela falta de alternativas. Assim, muitas acabam suportando situações extremamente difíceis apenas para garantir a sobrevivência e manter um teto. Por isso, é urgente que as políticas públicas cheguem aos pequenos municípios — cidades com cinco, dez, vinte ou trinta mil habitantes. Então, é muito importante falarmos sobre essa realidade e, sobretudo, sobre a necessidade de amparo. Além disso, esses atos políticos precisam chegar até nós, porque estamos falando de um estado com setenta e nove municípios, sendo que a maioria possui população pequena. Por isso, é essencial que essas políticas de acolhimento alcancem o interior, para que as mulheres possam, de fato, conquistar independência. Não basta apenas falar da violência, dos crimes ou das medidas legais; é preciso discutir como essas mulheres serão amparadas, como serão capacitadas e inseridas no mercado de trabalho, para que possam sair do ciclo de violência e não permaneçam condicionadas a aceitar agressões — sejam psicológicas ou físicas — apenas para sustentar seus filhos, enquanto estes crescem presenciando essas situações. Quando falamos do quanto isso é doloroso, percebemos também que muitos secretários dos pequenos municípios não participam dessas audiências, o que nos faz sentir, de certa forma, negligenciadas. E aí fica a pergunta: o que está sendo feito? Não existem Secretarias da Mulher? Não existem Secretarias de Assistência Social? E não são justamente essas regiões que concentram o maior número de pessoas em situação de vulnerabilidade — seja com relação ao emprego, à moradia ou à saúde? Porque, no interior, a saúde pública é um caos. Por isso, precisamos falar sobre isso: muitas mulheres têm medo de sair e denunciar, porque, ao deixarem uma situação de violência dentro de casa, enfrentam outras formas de violência fora dela. Elas pensam: “vou sair da violência do meu marido, mas, ao tentar conseguir um emprego, posso sofrer assédio”; e, se não se submeterem a esse assédio, correm o risco de perder o trabalho. Além disso, enfrentam perseguição de chefes, de colegas, são rotuladas, chamadas de



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA “VIVAS E SEGURAS”
REALIZADA EM 24/03/2026**

“vagabunda”. E, quando procuram a assistência social, dependendo de um auxílio, muitas vezes também são julgadas, rotuladas como mulheres que não querem trabalhar. Essa realidade é muito presente — não apenas nas redes sociais, mas também em grupos e conversas privadas —, e tudo isso é desgastante, é doloroso e afeta psicologicamente um número enorme de mulheres do interior. Por isso, deputada, peço que olhe com atenção para o interior. E, para finalizar, quero agradecer e compartilhar algo muito importante para mim: hoje consegui trazer a minha mãe, uma mulher que sempre me apoiou, que sempre lutou por mim e pela mulher que eu me tornei. Hoje, como coordenadora de Políticas Públicas, estou aqui representando não só a mim mesma, mas a ela e tantas outras mulheres do interior.

DEPUTADA GLEICE JANE - PT (proponente) — Muito obrigada, parabéns, e que bom encerrarmos esta Audiência com palavras de esperança. Assumo aqui o compromisso de olhar com mais atenção para o interior; talvez não seja possível realizar isso ainda neste ano, mas, no próximo, podemos organizar uma rodada de audiências públicas nos municípios, para ouvir diretamente as mulheres e trazer essas demandas para a Assembleia Legislativa. Concordo com a sua colocação: tenho escutado muitas mulheres, especialmente na rota entre Dourados e Campo Grande, e levado pautas importantes, como as das mulheres indígenas, quilombolas e do campo; ainda assim, reconheço que precisamos ampliar esse alcance. Recebo, portanto, sua crítica e sua provocação, e me comprometo a avançar nesse sentido. Para encerrarmos, diante de tudo o que foi compartilhado, peço que sejamos breves; iniciaremos com a fala da desembargadora e, desde já, peço desculpas pela necessidade de me ausentar, pois preciso seguir para Dourados para uma reunião relacionada à pauta dos povos indígenas. Muito obrigada a todas e todos.

SENHORA SANDRA REGINA DA SILVA RIBEIRO ARTOLI (desembargadora – TJ/MS) — Muito obrigada, deputada. Parabéns e boa viagem. Quero apenas registrar meu agradecimento por este momento, que foi extremamente rico e repleto de aprendizados, e reafirmar que a Coordenadoria da Mulher do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul está à disposição para dialogar, construir projetos e fortalecer ações em prol das mulheres. Muito obrigada a todas e, mais uma vez, agradeço pelo convite.

SENHORA KRICILAINE OLIVEIRA SOUZA OKSMAN (defensora pública) — Quero, inicialmente, agradecer pela partilha de todas. Para nós, que atuamos na linha de frente em defesa das mulheres, é imprescindível ouvir diretamente as mulheres. Além disso, considero fundamental que elas participem da construção das políticas públicas, apontando suas necessidades e especificidades, porque somos muitas e também somos diferentes. Por isso, concordo com a companheira que destacou a importância de ampliarmos esses espaços de escuta, com mais audiências públicas e mais debates ao longo do ano, e não apenas no mês de março. Mais uma vez, muito obrigada.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA “VIVAS E SEGURAS”
REALIZADA EM 24/03/2026**

SENHOR IZONILDO GONÇALVES DE ASSUNÇÃO JUNIOR (promotor de justiça) — Agradeço a oportunidade de participar de uma audiência tão importante e, ao mesmo tempo, tão emocionante, porque, no cotidiano, lidando com leis e processos, muitas vezes nos distanciamos da realidade concreta. No entanto, ao ouvir os relatos de vocês, somos diretamente impactados por esse sofrimento, que nos atravessa e nos faz compreender a dimensão humana do nosso trabalho; e eu presenciei aqui, por exemplo, a forma como a Ana José acolhia essa dor, demonstrando que esse sentimento precisa, necessariamente, orientar a atuação de quem integra o sistema de justiça. Assim, é essencial que, ao exercermos nossas funções, tenhamos consciência de que estamos lidando com vidas e que nossas decisões podem, de fato, transformar realidades. Hoje, sinto-me em um espaço de pertencimento. O Ministério Público tem buscado cumprir o seu papel e, desde o caso da Vanessa, quando fui designado pelo procurador-geral para coordenar uma força-tarefa, temos avançado significativamente; ao longo desse período, movimentamos milhares de boletins de ocorrência que estavam parados, alcançando, em cerca de um ano, quase sete mil processos. Atualmente, temos uma vara de violência doméstica com mais de cinco mil processos em andamento e outra próxima de quatro mil, resultado, em parte, desse esforço conjunto. Por isso, reforço a importância da parceria entre as instituições e da atuação integrada, porque, acima de tudo, não há nada mais importante do que a proteção da vida e da integridade física e psicológica das mulheres. Muito obrigado.

SENHORA MIKAELLA LIMA LOPES (Subsecretaria Estadual de Políticas Públicas LGBTQIAPN+) — Quero agradecer pela oportunidade de fala e também às minhas colegas por terem aceitado o convite; fiz questão de mobilizar essa participação, porque não há como falar de nós sem a nossa presença. E, aproveitando para quebrar um pouco o protocolo, gostaria de parabenizar a Fernanda, nossa colaboradora, que hoje está aniversariando; afinal, também precisamos celebrar a vida. Muito obrigada.

SENHOR IZONILDO GONÇALVES DE ASSUNÇÃO JUNIOR (promotor de justiça) — Aproveitando, peço licença para acrescentar uma informação: desde a pandemia, mantenho uma página no Instagram, na qual compartilho a realidade enfrentada pelas mulheres. Apesar de alcançar um grande número de visualizações mensais, a plataforma limita o crescimento devido ao conteúdo, que expõe situações reais e difíceis. A página é “@paginadefesamulher”, e ela se tornou um espaço onde mulheres de todo o Brasil podem denunciar e dialogar comigo — e faço questão de atender todas. É um conteúdo forte, que revela a realidade como ela é. Muito obrigado.

SENHORA REJANE CANDADO (chefe de gabinete da deputada Gleice Jane) — Boa tarde a todas e a todos. Como pudemos perceber ao longo deste encontro, esse debate é extremamente amplo e não cabe em um único espaço, assim como não cabem aqui todas as nossas lutas, dores e reivindicações. Por isso, reforço que este mandato permanece como um espaço aberto, à disposição de todas e todos, para que possamos dar continuidade a esse diálogo; portanto, pedimos que nos mobilizem sempre que necessário.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA “VIVAS E SEGURAS”
REALIZADA EM 24/03/2026**

Aproveito também para agradecer, mais uma vez, à Secretaria Estadual e à Secretaria Municipal de Mulheres do PT, que provocaram a realização desta Audiência Pública, assim como aos movimentos que contribuíram para sua construção, como o Movimento de Mulheres Olga Benário, a Cia. Barra da Saia, a Marcha das Mulheres e o movimento Elas Podem, bem como todos os movimentos aqui representados — que foram inúmeros, como pudemos perceber pelas falas — e, de forma especial, às autoridades presentes, que sempre atendem ao nosso chamado. Seguimos na construção coletiva, porque é isso que nos move; hoje estou aqui ocupando este lugar em nome da deputada, mas poderia ser qualquer uma de vocês. Seguimos juntas, companheiras. Agora, vamos aos parabéns para a Fernanda e, mais uma vez, nosso agradecimento a todos os servidores e servidoras desta Casa. Muito obrigada (17h34min).